



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

15 DE FEVEREIRO DE 2008

No dia 15 de Fevereiro, pelas 09 horas e 30 minutos no edifício do Auditório Municipal, Anfiteatro, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- **ACTAS** – Leitura, discussão e votação da acta da sessão Ordinária de 07 de Dezembro de 2007.
- 2- **PÚBLICO** – 1.º Período de Intervenção.
- 3- **Período de Antes da Ordem do Dia.**
- 4- **Período da Ordem do Dia:**
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art.º 53.º do Decreto-lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.
 - 4.2- Geminação entre a cidade de Mirandela e a cidade de Bafatá.
- 5- **Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
- 6- **PÚBLICO** – 2.º Período de Intervenção.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Jorge Manuel Pereira
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 60 presenças, pelo que o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 64 no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Francisco Paradela Monteiro, Alexandra Carmelita P. Lopes Prada, António Joaquim Pereira Figueiredo, Rui Manuel Morais Fialho, Patrícia Marina Correia Almeida, Rogério Valdemar Rodrigues Frutuoso, Vasco Aníbal Saldanha, Luís Herdeiro Mosqueiro, Armando Marques Janela, Paula Maria Pereira N. Lopes Garcia e Roger Fernando H. Lopes

O Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira, (Presidente da Junta de F. de Frechas) procedeu à leitura da correspondência recebida:

- A.N.M.P: Boletins informativos
- Junta de Freguesia de Torre D. Chama: convite, lançamento do N.º 4 da Revista Cultural e apresentação do sítio oficial.
- Junta de Freguesia e Associação Cultural e Recreativa de Torre D. Chama: “convite, projecto de candidatura ao Guinness World Records.”
- Publicações Europa – América: apresentação do livro “A Democracia Totalitária”
- Deputado Municipal Maximino Monteiro: envio da senha de presença para a Casa do Menino Jesus de Pereira.
- Assembleia Distrital de Bragança: convocatória para a sessão ordinária.



- Município Carlos Fraga, envio de moção / petição.
- Grupo Parlamentar do Partido Ecologista os Verdes: “convite, audição pública sobre o Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico.”
- Reabilitação Urbana: Boletim Informativo.
- Município de Bragança – Assembleia Municipal: “Portagens na Auto-estrada Transmontana”
- Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda: “Finanças, derrama e Taxas Municipais.”
- Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela: Processo n.º 66/2007
- Grupo Parlamentar do PCP: Requerimento “Centro de Rastreo do Cólón de Mirandela e apresentação de propostas de alteração ao Plano de Investimentos da Administração Central.”
- Casa do Menino Jesus de Pereira: “agradecimento” donativos dos membros da Assembleia Municipal.
- Município do Seixal, projecto-lei – Órgãos das Autarquias Locais – Moção / Deliberação.
- Câmara Municipal de Portalegre: convite “Qualitas Mercado de Produtos Tradicionais”.
- IPB: sessão solene da comemorações dos 25 anos da Instituição.
- Universidade de Lisboa / Faculdade de Direito: Convite para o I Curso de Direito e Interioridade.
- Município de Almada: Projecto-lei – Lei Eleitoral dos Órgãos Autárquicos.
- Assembleia Municipal de Vila Real: Moção.

Justificação de faltas:

Reunião de 07/12/2007

- Rogério Valdemar Rodrigues Frutuoso (motivos profissionais)
- Adérito Joaquim Ferro Pires (motivos profissionais)
- Paulo Manuel Pereira Pinto (motivos profissionais)
- Inácio Augusto Valente (motivos de doença)

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

1.º PONTO - LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007.

Secretário da Assembleia Municipal, Sr. Jorge Pereira, disse:

Devido à realização da Assembleia Extraordinária intercalar de Janeiro e também às férias da funcionária, houve atraso e as actas foram expedidas apenas anteontem. É provável que alguns membros não a tenham recebido a tempo, pelo sucedido pedimos a compreensão dos membros da Assembleia Municipal.

Votação:

Votos Contra.....1
Abstenções.....0
Votos a Favor.....56

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Acta de 07/12/2007.

2.º PONTO – PÚBLICO – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO.

Município, Sr. João Ferreira:

Bom dia, João Ferreira do curso profissional técnico de áudio, vídeo e TV.

Bom dia Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta e Exm.º Público.

Solicito os seguintes esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Quais os apoios financeiros e de mercado de trabalho que são dados pela Câmara Municipal, aos jovens que acabam o seu curso profissional?

Quais os apoios dados aos jovens para se fixarem no nosso concelho?

Muito obrigado.

Município, Sr. António Alexandre Ramos:

Muito bom dia Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-Presidente – Sr. Eng.º Branco – e toda a Assembleia em geral.

Tenho a dizer aqui ao nosso Presidente da Câmara que é o nosso pastor do Concelho, o que se passa já há 13 anos. Entraram num prédio para romper a estrada, chamado os Moinhos de Baixo, com o contrato de fazerem o loteamento e parece impossível mas ainda está tudo igual. Fez ontem 13 anos que o Sr. Eng.º



Sousa foi ter comigo à propriedade, e antes desta data, para entrar em acordo e eu disse que me fizessem como os vizinhos, o Sr. Francisco Libório e o Sr. Zeferino, aos quais fizeram um muro e o loteamento sem pagarem um tostão. Eu pensei que fosse com o contrato de eu pagar o projecto para o loteamento e andei 48 anos para alcançar aquele bocadinho e vejo-o derrubado e não tenho futuro nenhum. O Sr. Eng.º Branco dizia para eu pagar uma caução na conta da Câmara mas eu não o posso fazer porque não realizei ainda qualquer dinheiro. Ainda não paguei o projecto porque não tenho dinheiro. Eu tenho aqui 180 Euros que é a minha pensão. Não dá muitas vezes para os medicamentos, quanto mais para os alimentos. Eu não vou roubar para o dar a ninguém. Agora quando fizer o dinheiro, eu pago aquilo que é justo, assim como o Sr. Pinto, que fez o projecto nas horas vagas, trabalhava na Câmara. Todos os meus negócios foram com todos os funcionários da Câmara, foi o Sr. Eng.º Carvalho, esteve na presença do Sr. Sousa e diz ele, "ó Sr. Ramos, do Ribeiro para além, se tiver alguma coisa não tem direito a nada. Para aqui tem direito ao loteamento." O Sr. Sousa quando me passou a carta diz ele assim: fazemos-lhe o loteamento onde fica um T para os dois prédios, porque ficam gémeos e fica uma conduta de saneamento. Eram 6 lotes, eram 3 baixadas do saneamento e da água. Afinal só lá estão duas, ainda está uma para fazer. O Sr. Eng.º Branco disse que deixava uma tomada para fazer ligações até 8 tomadas numa placa. Afinal não tenho lá nada. Parece-me a mim que é injusto estarem-me a saturar tanto tempo.

Eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara que me desse uma solução o mais breve possível.

Município, Sr. Arlindo Monteiro:

Bom dia a todos os presentes, sou Arlindo Monteiro, do curso profissional de electrónica áudio, vídeo e TV, da Escola Secundária de Mirandela.

Solicitava o seguinte esclarecimento ao Sr. Vereador do Desporto:

Esteve exposta no Auditório Municipal a maqueta do Complexo Desportivo para esta cidade. Gostaríamos de saber se esse projecto vai avante. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Alerto os Srs. Municípios que as perguntas devem ser dirigidas ao Sr. Presidente, que depois saberá orientar a resposta.

Município Sr. António Manuel Pires:

António Manuel Pires, construtor civil.

Bom dia Srs. Presidentes, Srs. Deputados e todos os Senhores e Senhoras que estão aqui presentes.

Como sabem, sou um pequeno empresário da construção civil. Construo e vendo apartamentos há mais de 20 anos, aqui em Mirandela.

Ao longo deste período tenho trabalhado com muitos projectistas e construído muitos tipos diferentes de edifícios para habitação.

Desde há algum tempo que trabalho com a minha filha, que se formou em Engenharia Civil. Não entendo lá muito bem porquê, mas os projectos passaram a ter mais problemas e a demorar mais tempo a ser aprovados. Se estivéssemos a falar de aspectos graves, ainda compreendia, mas a esmagadora maior parte das vezes, os defeitos apontados aos meus projectos, são pequenos lapsos de desenho, que não interferem com a globalidade da obra. Isto para não falar daqueles lapsos de me pedirem elementos do projecto que já constam nos processos. Noto que há agora um maior rigor e distração que antes não sucedia.

No entanto, não é nisto que quero centralizar esta intervenção, porque da última vez que solicitei a licença de utilização para o último edifício que construí, aconteceu algo ainda mais estranho. Não é que a Câmara me recusou a licença de utilização, apesar da Comissão de Vistoria a ter aprovado por dois votos contra um. Pedi para consultar o processo e verifiquei que um dos elementos dessa comissão achou que não devia ser emitida a licença de utilização porque havia uma lareira na sala que não estava representada em projecto. E os outros dois elementos da comissão acharam que isso não era importante, na medida em que o termo de responsabilidade declarava que tinha sido cumprida a legislação aplicável à evacuação de gases e fumos.

Claro que não fiquei nada contente com esta situação, porque ao não poder levantar licença de utilização vi-me impedido de fazer as duas escrituras de venda, vi-me impedido de receber o dinheiro que já gastei e pior ainda, um dos compradores desconfiou que eu o estava a enganar e quer romper o negócio.

Tudo isto porque a Câmara ou quem toma as decisões nos loteamentos, entende que um voto a favor é maior do que dois. Será isto normal? Os elementos da Comissão serão incompetentes? Se são incompetentes para serem desautorizados dos seus pareceres, porque não são substituídos da comissão para que não aconteçam estas trapalhadas?

Ora, como não fiquei nada contente, reclamei da decisão porque a minha filha ao ler a lei dos licenciamentos descobriu que há um artigo que diz: "as decisões da Comissão devem ser obrigatoriamente seguidas." E com base nisto reclamei, porque há dois votos a favor e um contra e portanto a maioria decidiu a



meu favor, ou seja, a favor da emissão da licença de utilização. Mas se eu pensava que a minha reclamação era pacífica, depressa concluí que não era bem assim, porque até hoje não obtive qualquer resposta.

E é por isso que estou nesta Assembleia a reclamar como munícipe, do funcionamento de alguns serviços camarários que prejudicam os investimentos particulares, que fazemos na terra, que parecem não se ralar se as pessoas sofrem ou são prejudicadas com as suas decisões incríveis e estranhas, que parece ninguém poder chamar a atenção e quando são questionadas por escrito, como foi o meu caso, em vez de se explicarem detalhadamente, ou não respondem ou dizem que “é assim porque é assim.”

Será desta maneira que a Câmara pretende continuar a tratar os pequenos investidores, como é o meu caso? Porque o que se passa comigo passa-se com muitos outros que não se queixam por medo de represálias ou simplesmente porque não querem chatices. É assim que esta terra vai para a frente, Sr. Presidente da Mesa e Membros desta Assembleia?

Temos ainda aqui do lado debaixo do Auditório, na rua em frente a este café quando se descem as escadas, um passeio com 5 metros levantado há dois anos. Eu próprio, anteontem caí lá, já tenho um pulso partido e ainda me alejei no cotovelo, que ando com o cotovelo todo roxo.

Pedia a V. Ex.ªs., que é trabalho de dois homens num dia que fazem aquilo de levantar os mosaicos, em virtude de já estarem todos levantados por causa das raízes das árvores, pudessem ser repostos para que mais ninguém caia ali naquele sítio, porque é lamentável que as pessoas se alejem, da maneira que aquele bocado de passeio ali está, que são apenas cinco metros. Muito obrigado a todos por me terem ouvido.

Munícipe Sr. Carlos Fraga:

O meu nome de facto é Carlos José Fraga. Muito bom dia Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, todos os Srs. Deputados e o Exm.º Público, hoje aqui com um grande número, uma plateia simpática.

Eu queria, permita-me Sr. Presidente, que corrija os seus Secretários, que há bocadinho ao dar conta da correspondência, frisou “entrega de petição de moção do munícipe Carlos Fraga. Há aí um equívoco, a moção de facto foi entregue por mim, porque fui incumbido dessa responsabilidade, mas a moção vem da Assembleia de Freguesia de Vale de Asnes, que a deliberou e a votou por unanimidade, para conhecimento do Executivo, de todos os Srs. Vereadores sem excepção e dos Srs. Deputados Municipais, portanto não há que fazer trocadilho e confundir as coisas.

E já agora e sobre esse assunto que já certamente tomaram conhecimento, que ela foi entregue no mês de Dezembro, pretendia saber se já há alguma resposta, porque foi pedida uma resposta a quem de direito, quer do Sr. Presidente, quer dos Srs. Vereadores da oposição, ou de quem quer que seja, porque eu como elemento daquela Assembleia não tenho conhecimento absolutamente nenhum de qualquer resposta.

Outra questão que acho que é importante, tem a ver com a saúde. A saúde no nosso País enfim! ... tem andado baralhada e tem andado doente e o Sr. Presidente da Mesa, como perito na matéria, sabe disso melhor do que eu.

O Ministro Correia de Campos já foi, já passou à história, não deixou saudades, tenho que o dizer, como cidadão e veio uma nova ministra da saúde, Ana Jorge. É evidente que eu penso que as coisas não deverão ficar rigorosamente iguais, como tem sido até agora ... atribuladas, sem sensibilidade, sem ouvir as populações. Resumindo e concluindo, queria perguntar no caso concreto em relação a Mirandela, o que é que pensam as nossas autoridades que nos governam, locais, e os nossos políticos locais, a fazer a partir deste momento. Valências que se perderam na nossa Unidade Hospitalar, no nosso Hospital, concretamente a perca da maternidade. É irreversível, não vamos falar mais nisto? Passou, está feito. Gostaria de saber se há opinião sobre isso.

Outra pergunta, esta é directa e objectiva para o Sr. Presidente da Câmara, Sr. Dr. José Silvano, já em tempos coloquei esta questão, também já sei que houve aqui deputados Municipais que a colocaram, tem a ver com aquele cruzamento do hospital, que é um caos autêntico e ainda para mais agora, com as obras que tem havido ultimamente, com os desvios para Vila Flor e para outros destinos e continuamos com aquela dificuldade todos os dias. Aquele cruzamento, aqueles gargalos que ali estão que dificultam o trânsito e de que maneira, nomeadamente para os autocarros, para os camiões Tires, no fundo para toda a gente. E fizeram-se ultimamente ou há alguns meses algumas obras parece que de monta, mas para ficarmos com uma mão cheia de nada.

Eu pergunto se não é possível recortar ali, pelo menos um bocado no passeio, naqueles canteiros, de forma a facilitarmos, a escoarmos ali o trânsito.

Outra pergunta tem a ver com as entradas na aldeia de Cedainhos, freguesia de Vale de Asnes, refiro-me nomeadamente à entrada principal na aldeia que está um caos há muito tempo.

Sr. Presidente, segundo creio, porque não é nada oficial, parece que a obra foi adjudicada. Queria saber se de facto foi adjudicada, quando é que pensam executá-la. Paralelos já lá estão há alguns tempos, isso estão, à beira da estrada. Agora o resto não sei mais nada.



Assim também como o lado esquerdo que desce para o ribeiro da aldeia e então aí isso está uma lástima.

E por último, a terminar, Vale de Asnes, nomeadamente, a aldeia em si está muito mal identificada a nível de ruas, tem havido problemas terríveis com os correios, eu já intervi nisso junto da Sr.ª. Directora de distribuição postal de Mirandela e questioneei em primeiro lugar quem de direito, o Sr. Presidente da Junta, dizendo que fossem colocadas placas nas ruas. Enfim houve uma resposta evasiva, que no fundo isso não seria da competência da Junta, a Câmara teria essa responsabilidade de pôr placas, pois se assim é Sr. Presidente Dr. José Silvano, venham as placas e identifiquem-se correctamente as ruas para não haver trocadilho de correspondência.

Muito bom dia, muito obrigado a todos e continuação de bons trabalhos.

Munícipe Sr. Paulo Martins:

Bom dia a todos os presentes, o meu nome é Paulo Martins, sou do Curso Profissional de Electrónica Áudio Vídeo e TV da Escola Secundária de Mirandela.

Em nome de todos os professores e alunos do Curso Profissional Técnico de Electrónica Áudio Vídeo e TV da Escola Secundária de Mirandela, queríamos em primeiro lugar agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pela facilidade que V.Ex.ª nos concedeu de estarmos hoje aqui presentes.

Queríamos também agradecer aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesias de Cedães, Franco, Freixeda, Mirandela e Romeu, pela colaboração prestada no ano lectivo de 2005 / 2006, na realização de um trabalho, no âmbito da disciplina de área de integração.

Agradecemos ainda ao Departamento Sócio Cultural da Câmara Municipal a ajuda que nos deu aquando da nossa participação no Festival Nacional de Robótica em Guimarães. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Sr. Presidente irá responder dentro do possível às questões que foram apresentadas e eu aproveitava para dizer aos Srs. Munícipes que intervieram, que não obstante ser uma cortesia os agradecimentos que remeteram à Mesa, é um direito dos Srs. Munícipes, que é sempre recebido muito bem, com alegria e até como uma nota de um bom exemplo.

Presidente da Câmara Municipal:

Bom dia a todos, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes elementos da Mesa, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, o Público e a Comunicação Social.

Em primeiro lugar, queria dizer que as respostas que aqui posso dar em termos concretos são muito reduzidas porque não tenho aqui muitos dos elementos necessários, mas que nalgumas que não ficarem satisfeitas, por escrito chegarão aos interessados.

Em relação aos dois jovens que aqui puseram a questão, nomeadamente quais os apoios financeiros aos jovens que acabam os seus cursos de formação profissional aos seus empregos, dizer-lhe apenas o seguinte:

Às Câmaras Municipais compete articular políticas de emprego e formação profissional com a política do Governo Central. O que quer dizer é que as Câmaras neste domínio apenas podem fazer, em termos principalmente da formação profissional e do primeiro emprego, protocolos de cooperação, quer com o Centro de Emprego, quer com as Escolas de Formação, quer com os Centros de Formação existentes. Não podem elas próprias, não têm competência para isso, criar políticas de emprego, nem activas nem passivas. Podem é criar desenvolvimento económico necessário, ou fazer por isso, para que se criem postos de trabalho, isto em termos da actividade que a Câmara pode fazer.

Em relação ao Sr. António Ramos de Vale da Cerdeira, preocupa-me imenso o seu caso, aliás já o conheço há bastante tempo. Há treze anos assinou um acordo com a Câmara Municipal de Mirandela que dizia que esta lhe fazia todas as infra-estruturas para o respectivo loteamento e o que neste momento se põe em termos legais é que a Câmara Municipal neste acordo, embora feito, não pode fazer o licenciamento do próprio loteamento, que esse tem que ser pedido pelo próprio. A lei é clara sobre este domínio e tem requisitos essenciais que ninguém pode ilidir. O licenciamento tem que ser pedido pelo proprietário e para isso tem que ter uma caução depositada e para isso é essencial obedecer a determinadas normas.

É evidente que ao fazerem esse acordo consigo, se calhar não lhe explicaram nada disso, se calhar não lhe disseram mais nada do que isso e tem as legítimas expectativas de que se calhar todo o loteamento lhe fosse entregue para que pudesse fazer a construção.

Eu vou analisar com os serviços técnicos o que é que a Câmara em termos legais pode fazer, para que o possa ajudar nesse domínio e por escrito ou numa reunião com os técnicos da Câmara e comigo, verei quais as formalidades que podem ser resolvidas e quais as que legalmente não podem ser, porque eu também, se não puderem ser, não as posso ultrapassar.

Agora eu acredito que haja expectativas criadas neste domínio e que se calhar legalmente não podem ser satisfeitas. Tem que haver uma reunião, não pode ser o técnico ou cada técnico a dizer isso, vamos fazer uma reunião consigo presente para ver todos os pontos concretos desta situação.

Em relação ao Sr. Arlindo Monteiro, de saber quando o Complexo Desportivo estará pronto, ou como está o problema, nós dentro de mais ou menos trinta dias, mais três semanas, eu vou convidá-lo também a si, fiquei aqui com o seu nome, para uma cerimónia pública, penso que neste Auditório, com a intervenção e a participação das várias entidades de Mirandela, desde as desportivas até à Câmara Municipal, até empresariais, para poder explicar qual a forma de ter um complexo desportivo pronto no mais curto espaço de tempo e nessa altura terei todo o gosto em o convidar para poder ouvir e poder pôr as suas questões num projecto que demora a explicar e que será articulado.

Em relação ao Sr. Pires digo-lhe o seguinte. Eu tenho um princípio que é este e nunca me dei mal com ele: em termos de obras tenho um serviço técnico de obras, que funcionando bem ou mal, é o serviço técnico que é responsável por isso.

Nunca me meti em nenhuma obra, nem vou meter, com toda a clareza. Nunca discuti nenhum parecer técnico, nem vou discutir, com toda a clareza também.

E, portanto, sobre esta questão em termos de o poder político meter-se nos assuntos técnicos de pareceres sobre licenciamentos ou obras, nunca o fiz nem vou fazer, isto na questão inicial de que estaria ou não estaria a ter mais problemas em relação aos projectos agora do que quando eles eram feitos por outros engenheiros, se calhar alguns da Câmara Municipal, nestas situações, se calhar é melhor dizermos logo os nomes, que é para podermos actuar, é dizer logo quem é que os fazia, porque é que eram aprovados. Eu acho que as pessoas deviam dizer logo com toda a clareza quem eram, quem fazia, como era, que era para podermos depois levantar os respectivos autos, porque normalmente nós já estamos habituados, que em todas as Câmaras, levantam-se questões, mas depois ninguém diz quem é. E como não se diz quem é, depois não se consegue averiguar, porque quem assina os projectos depois são outros e esta questão é extremamente complicada, para se poder actuar.

Em relação ao assunto concreto da licença de utilização, o que a Câmara decidiu em termos técnicos, foi o seguinte: existiu a Comissão de Vistorias que foi ao local, é verdade que dois dos técnicos em três deram parecer favorável e um deu parecer desfavorável e deu parecer desfavorável justificando legalmente o seu parecer desfavorável, que foi para o Director de Departamento do Urbanismo e Ambiente, da Câmara Municipal o "DUA". E o Departamento de Urbanismo e Ambiente dá razão ao técnico vencido, em termos legais e diz que não se pode ilidir a lei, porque tem razão o técnico que votou contra essa Comissão de Vistoria.

Põe-se a questão, porque é que dois não fazem lei e porque é que um vem prejudicar essa situação. Pedimos com base nisso um parecer jurídico sobre esta matéria que também lá está no processo e que lhe deve ser transmitido e acho que deve passar na Câmara para que lhe sejam dadas todas essas situações e o Director Jurídico vem dizer que afinal o Director de Departamento pode ter esta postura legal, se achar que o voto de vencido tem questões legais que não podem ser ilididas. Isto é o ponto da situação que se passou na Câmara Municipal, é aborrecido que isto aconteça, isto é, quando há uma comissão, não percebo porque só por um voto tenha que haver questões destas, agora eu não posso é substituir o parecer do Director de Departamento, que dá sobre esse processo da Comissão de Vistoria. Há reclamações que podem ser feitas. As reclamações tanto podem ser para a Câmara e se não se satisfizerem as da Câmara, podem ser feitas para Tribunal e o Tribunal tem que decidir estas questões. Portanto há possibilidades de recorrer destas decisões, se foram mal tomadas, para os órgãos próprios que existem em termos legais.

Em relação ao passeio e às árvores, é verdade que não foram as mais adequadas para o tipo de passeios ou o tipo de pavimentos que a cidade tinha. Basta passar pela Av. Princesa do Tua, basta passar por todos os sítios, pelo Parque do Império, por todos os sítios onde há árvores, para ver que todo o passeio e quase toda a pavimentação está levantada porque as árvores e as raízes das árvores fizeram levantar essas situações e nós também não podemos resolver esse problema, cortando as árvores todas da cidade de Mirandela e repor os respectivos passeios.

Agora há situações e esta aqui se é só de cinco metros e se existe esse problema até porque é em frente a um estabelecimento que existe ali, onde entram muitas pessoas e se é só cinco metros e se é só uma árvore, acho que aqui deve-se medir bem o efeito prático e porque não tentar resolver esse problema.

Em relação a todos os sítios onde isto acontece é impossível porque não podemos deitar todas as árvores abaixo para regular o passeio de todas as situações, porque basta cada Mirandense que ande a passear pela rua passar na maior parte da cidade de Mirandela para ver que as árvores que existem, levantaram todas os passeios e levantaram todas os terrenos e levantaram todas o pavimento onde elas estão implantadas.

Em relação ao Sr. Fraga, dizer-lhe que em relação à saúde e à maternidade, eu acho que não se deve ficar parado, aliás eu, pessoalmente nunca fiquei parado. Mais, eu tenho quase a certeza, já disse isso, mas é uma certeza pessoal, de que mais ano, menos ano, a maternidade ou regressará a Mirandela ou concentrar-se-à noutro sítio, porque a decisão foi mal tomada em relação a Bragança, porque a maternidade



de Bragança hoje já não tem condições para funcionar e portanto acho que se deve continuar a reivindicar esse serviço, com base numa decisão que quanto a mim foi mal tomada, independentemente dos resultados que possa ter ou não possa ter a reivindicação ou a decisão.

Em relação ao cruzamento do hospital, dizer-lhe também que nós fizemos uma experiência, que tínhamos algumas dúvidas sobre elas em termos de eficácia, que foi a rotunda no fim da Ponte Nova, na ponte Eng.º Machado Vaz e mal abra a Rua da República e aquela obra que está ali a decorrer, vamos fazer o mesmo procedimento, isto é, uma rotunda no cruzamento do hospital, porque pensamos que aquela solução, afinal consegue resolver os problemas fundamentais em termos quer de celeridade de trânsito, quer de funcionalidade de trânsito e para dizer que a próxima rotunda já a seguir a esta, que vai tentar resolver e mudar aquela zona ali, que é tirar os jardins que estão ali à volta, é exactamente naquele local, porque até aqui havia a ideia de que se faziam algumas rotundas e algumas obras, para destruir aquilo que outros Presidentes de Câmara tinham feito.

Existia quase na opinião pública a ideia que não se podia mexer naquilo que já estava feito, mesmo que estivesse mal feito, como agora se comprovam algumas situações e por isso nós tivemos esta experiência do lado de cá, vamos repeti-la do lado de lá, com uma nova rotunda parecida com a situação do lado de cá e tenho a certeza que vamos conseguir resolver naquele cruzamento o trânsito e acabar com as bichas e principalmente com os camiões e as camionetas quando viram por ali, a dar cabo dos passeios e delas próprias darem cabo dos pneus e doutras situações.

Em relação à obra de Cedainhos, dizer-lhe que não só já foi adjudicada, como foi consignada em 21 de Janeiro de 2008, portanto está em perfeitas condições de poder começar a obra, porque além de ser adjudicada já foi feita a própria consignação, já foram prestados todos os elementos necessários para que a obra possa começar em 21/01/2008.

Estas são as respostas que eu tinha Sr. Presidente e muito obrigado.

3.º PONTO: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela:

Bom dia a todos, vou apresentar uma moção pessoal, estive para lhe chamar «Não tenham medo do lobo mau» mas depois alterei e passou a chamar-se «Não tenham medo das Juntas de Freguesia».

Na qualidade de membro da Delegação Distrital da ANAFRE de Bragança, tenho a dupla responsabilidade de dar a conhecer a todos os membros desta assembleia as posições tomadas pela ANAFRE e com as quais estou integralmente solidário, embora muitos de vós já as conheçam, porque elas constam inclusivamente do portal da Anafre

A ANAFRE tornou pública a sua posição de várias formas e tem enveredado esforços para que algumas das alterações não se concretizem.

Como sabem, preparam-se alterações substanciais à Lei das Autarquias Locais, especialmente dirigidas a dois campos de capital importância para o desempenho da actividade autárquica e para o exercício da democracia.

São eles:

- A constituição do órgão executivo municipal;
- A participação dos Presidentes de Junta (deputados municipais por inerência) nas sessões da Assembleia Municipal.

Entende a ANAFRE que, apesar das suspeições latentes, as Freguesias devem encarar com indiferença a inibição de voto dos seus Presidentes de Junta para a constituição do executivo camarário, abstendo-se até de emitir qualquer juízo de valor. Afinal, aos Presidentes de Câmara também lhes não é concedida a faculdade de pronúncia, através do voto, para a constituição dos executivos das Freguesias.

Porém, quanto à inibição de se manifestarem e de votarem o Plano e Orçamento, assim não se pensa. O teor das alterações é atentatório da dignidade das freguesias, porque:

- Aniquilam o principal papel dos Presidentes de Junta no seio das Assembleias Municipais.
- Amordaçam a sua voz e de quem os elegeu.
- Anulam a sua vontade.
- Cortam o seu pensamento.
- Desprezam a sua opinião.
- Secundarizam a sua participação.
- Subalternizam a figura dos Presidentes de Junta.
- Atentam contra a sua legitimidade constitucional.
- Marcam-nos com o anátema da desconfiança.

Desrespeitando a própria Constituição da República Portuguesa, minimizam o histórico papel das Freguesias e dos seus eleitos, considerando-os mentecaptos, subservientes, seguidistas, "forças de bloqueio".



Hoje, mais do que nunca, as freguesias devem erguer a sua voz, manifestar a sua inconformidade, mostrar-se intolerantes e marcar a sua revolta e a sua rejeição. E eu acrescento que a referida exclusão é ilógica, incoerente e contraditória.

Como é possível participar na discussão e votação dos documentos de prestação de contas do Município, que teve por base documentos, como as Grandes Opções do Plano, Orçamento e PPI, que os Presidentes de Junta não discutiram ou aprovaram?

Como é possível não participar na discussão e votação desses documentos previsionais, mas poder votar matérias com grande impacto na gestão e execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, como a contracção de empréstimos, as taxas de IMI, o Regulamento e a Tabela de Taxas e Licenças, entre outros?

Onde é que está a lógica e a coerência nisto tudo?

Vamos continuar a lutar e acredito que ainda seja possível travar as intenções de alteração nessa parte que mais ofende a dignidade das freguesias.

Vivam as freguesias. Viva o poder local!

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Bons dias a todos. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr.ª s. Vereadoras e Srs. Vereadores, Órgãos de Informação aqui presentes, Público aqui presente também.

Eu, antes de mais, queria referir-me aqui a três aspectos. O primeiro prende-se com a intervenção do Sr. Ramos e à qual já foi respondido pelo Sr. Presidente da Câmara.

Eu tenho aqui comigo uma proposta feita na altura, assinada pelo responsável da Câmara e pelo Sr. Ramos e diz o seguinte:

“Assunto: Estrada da Bronceda – acordo de indemnização”

Havendo conveniência de proceder à rectificação do traçado de acesso à Bronceda a fim de eliminar o estrangulamento junto do ribeiro, foi contactado o Sr. António Alexandre Ramos, proprietário do terreno limítrofe e onde se torne necessário ocupar uma parcela de 1.265 m².

Considerando que se trata de uma parcela de cultivo intensivo situada nos limites urbanos da cidade, foi estabelecido o seguinte acordo de indemnização que se submete à homologação do executivo.

A cedência do terreno mediante a utilização gratuita das infra-estruturas, água, saneamento, electricidade, passeios, etc. e a reconstrução de um muro de bloco com cerca de 1,20 m de altura.

Deve ainda ser ressarcido do derrube de 16 oliveiras, bem como da indemnização de 50 fardos de aveia, o que corresponde a um valor de 185.000 Escudos - à época - comprometendo-se a ceder à Câmara Municipal as oliveiras que forem susceptíveis de transplante.

Mirandela, 14 de Fevereiro de 1995

Assinaturas do Sr.: Ramos e do vereador então em regime de permanência, Nuno José Abrunhosa de Sousa.”

Este é o acordo que foi feito, acho que a Câmara deve respeitá-lo e atendendo realmente à posição que o interessado tem.

la responder desde já, talvez embora depois se possam tecer algumas considerações sobre o assunto que o meu distinto colega aqui expôs das freguesias, na verdade é um assunto realmente delicado.

Eu tenho nas minhas mãos uma proposta do CDS para dar um parecer sobre este problema, eu estou extraordinariamente incomodado, porque na verdade o que há programado é a eliminação da intervenção, lamentavelmente, dos Srs. Presidentes das Juntas.

Mas isto compete ao PSD, não fazer aquilo que fez com a justiça, é algum acordo com o PS para depois nada disto ir para a frente. Há que o PSD tomar posição quanto a este problema e eu daqui deixo esta mensagem ao PSD, a nível local. Façam valer também esta situação.

E agora ia fazer aqui algumas intervenções que se prendem com os problemas que aqui tenho para vos apresentar.

O primeiro é o da Av. da República. A minha primeira intervenção prende-se com as obras que estão a ser executadas na Av. da República. Se é verdade que nalguns casos não se segue esta prática, não é menos verdade que as obras da Av. da República deveriam ter sido objecto de apreciação por parte dos comerciantes e industriais aí domiciliados, para se pronunciarem quanto ao projecto e duração dos trabalhos.

Eu quero lembrar-vos aqui a propósito disto que está a correr em Setúbal o projecto Polis.

Inicialmente a Câmara de Setúbal tinha um projecto e que na verdade acabou por alterar porque pôs o projecto à discussão dos comerciantes da Av. Luísa Todi que é a principal Av. de Setúbal e a verdade é que foram alteradas as posições que a Câmara tinha. Isto tem todo o interesse nestas obras que se prendem designadamente com os Srs. comerciantes e industriais serem discutidas. E agora, claro a Câmara nada disto fez, ao que parece, pelo menos não teve este cuidado e agora temos aí o resultado. É as críticas dos comerciantes e o resvalamento do prazo, ao que parece.



Outro aspecto importante a ter em conta é o que se refere à rotunda. Espero que a rotunda fique em condições de permitir a manobra de carros pesados e autocarros. É que - isto é para o Sr. Presidente - com excepção das rotundas projectadas e executadas na Presidência do Dr. José Gama, as que têm sido executadas na sua Presidência, mais parecem rotundas para carrinhos de choque.

É que na verdade nós assistimos a esta situação. Aquela rotunda que está ali depois do Feira Nova, na antiga estrada, eu não sei como é que os camionistas, com aqueles monstros dos Tirs, conseguem fazer a manobra naquelas rotundas. Mas há para aí mais casos destes.

Eu que corro o país de Norte a Sul, assisto a situações muito esquisitas, é que são raras as Câmaras que apresentam rotundas destas porque normalmente as rotundas têm que ser projectadas para o futuro e não ficarem pelo presente, o que é extraordinariamente desagradável.

Era este o reparo que eu deixava desde já, para além doutro.

A Av. Da República passará a ter duas vertentes, ou seja: para carros e para peões? Ou vai passar só a ser uma zona pedonal? Na minha opinião entendia que deveria passar a ser uma zona pedonal. Para já este reparo.

Outro assunto que aliás, através da correspondência que foi dirigida à Assembleia já tive conhecimento, foi o agradecimento, acho que até a própria Agenda deveria ter tido esse cuidado de referir, porque se referem lá coisas às vezes sem importância, mas o gesto que foi tomado aqui relativamente à Instituição do Menino Jesus de Pereira. Eu registo com muito apreço em nome da bancada do CDS, este agradecimento que foi feito publicamente.

Tenho aqui outra informação que se prende com a Terra Olea. De acordo com o mapa ficamos a saber que a Terra Olea termina na Bouça. Para Norte já não tem interesse, nem tão pouco o roteiro turístico ao cimo do concelho, ou seja na Freguesia de Agueiras, para visitar um dos locais mais belos - e que eu já o tenho referido aqui - do concelho de Mirandela.

É caso para perguntar ao Sr. Vereador que é natural da Soutilha, como reage a estes lapsos da Câmara.

Li numa acta que há um acordo feito com a Freguesia de Barcel. Eu não sei efectivamente qual é a dimensão desse acordo. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara me desse uma explicação.

E por agora é tudo, muito obrigado.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente da Assembleia, Mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, respectiva Vereação, Múncipes, Srs. Deputados, Professores aqui presentes.

Eu começaria por dizer que é um lugar comum dizer-se que Mirandela é bonita e é verdade. A natureza favoreceu-nos, a natureza fez com que passasse pelo meio da cidade o rio que a embeleza, no entanto nós tudo fazemos para agredir Mirandela. E eu diria que a Autarquia tudo faz também para maltratar Mirandela.

Não vos venho hoje falar da falta de estratégia do concelho, porque não quero criar o desconforto ao Sr. Presidente da Câmara de dizer que daqui a 20 anos com certeza que Mirandela fará parte do triângulo Chaves - Mirandela - Bragança, porque isto é extremamente redutor. Não vos venho falar da falta de urbanismo e como Mirandela é maltratada. É maltratada na sua história, é agredida a natureza, é maltratada na sua história enquanto não preserva aquilo que nos deixaram modernizando, como é óbvio, agride a natureza porque faz movimentações de terras impensáveis. Não vos vou falar das construções em leito de cheia, não vos vou falar das desanexações de reservas agrícolas já feitas e outras que se preparam - que parecem preparar-se - vamos ver, parece que vamos ter novidades proximamente, como o Sr. Presidente da Câmara anunciou. Não vos vou falar destas situações, mas vou-vos falar e sobretudo hoje que estão aqui estudantes, de como não se deve fazer uma obra e falo-vos obviamente da Rua da República.

Ao fazer uma obra, hoje, deve-se ter em conta planeamento, para além doutras situações e comunicação às partes interessadas. São e as pessoas que hoje em dia lidam com certificações, que está na agenda do dia, sabem que isto é importantíssimo e no planeamento a primeira coisa a fazer é ~~fazer~~ o levantamento dos impactos que a nossa intervenção pode ter.

E das duas uma, ou esse levantamento dos impactos que a intervenção pode ter não foi feita, ou foi muito mal feita. Todos nós assistimos que toda a gente se interroga, quanto tempo vão durar as obras na Rua da República, vão ficar uma faixa, duas faixas, como é que tudo isto vai ser. Ora isso a única explicação é que o planeamento não foi feito, o levantamento dos impactos provocados pela intervenção também não foi feito.

E depois há uma outra questão que é a comunicação às partes interessadas. E a comunicação às partes interessadas passaria por dizer quer à população de uma forma geral, quer a quem lá tem o seu negócio, o que se vai passar para que as pessoas pudessem tomar as medidas necessárias. Se calhar alterar o seu negócio, se calhar modernizar a sua loja, enfim pudessem pensar no futuro, não se pode fazer as coisas de uma forma - eu diria - de uma forma troglodita. Posso, quero e mando, vamos fazer, ninguém tem nada a ver com isto, não há partes interessadas aqui, vamos fazer. Não é assim que hoje se faz no mundo civilizado e não devia ser assim que se devia fazer em Mirandela.



Eu fico tanto mais surpreendido quanto é certo que o Sr. Presidente da Câmara, aqui há tempos atrás, disse-nos que estava em meio do mandato e tinha 80% das promessas cumpridas. Para quem está em meio de mandato, tem 80% das promessas cumpridas, teria disponibilidade de tempo, teria mais uma razão para fazer as coisas bem feitas. Então não sei o que é que anda a fazer. Quem tem 80% das promessas cumpridas em meio de mandato, tem todo o tempo do mundo para fazer a partir daí os outros 20% bem feitos. Não é isso que aconteceu. E por fim é confrangedor, nesta obra, ver como se trata um Mirandense. Vocês já viram como é que foi tratada a estátua do geógrafo Luciano Cordeiro? Pior que lixo. O mínimo que devia ter sido feito, era ter sido recolhida a estátua, quando a rotunda estava pronta era lá colocada com toda a dignidade, não é tratá-la pior que lixo, só faltou pegar num saco de cimento e enfiar-lho pela cabeça abaixo. Eu acho que isto é demais, isto é exactamente o exemplo do que não se deve fazer. Mirandela e eu tenho dito isto várias vezes, não é grande e portanto não pode privilegiar a quantidade, tem que privilegiar a qualidade. Tem que fazer as coisas bem feitas. Sr. Presidente, faça as coisas bem feitas.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia do Franco:

Muito bom dia a todos.

Eu pretendo submeter à aprovação uma moção que vou apresentar e que vem um pouco na sequência daquilo que tem sido e irá continuar a ser o ataque ao poder local e mais concretamente às Juntas de Freguesia, mas aqui numa outra perspectiva, porque este Governo se não chega lá por rectas, há-de lá chegar, mas há-de ser mais tarde, mas através de curvas, ou seja, os objectivos têm de ser atingidos e se não são da forma que eles pensam à primeira, será de uma outra forma.

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respectivos Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara e respectivos Vereadores, Exm.º s Srs. Colegas Deputados Municipais, Exm.º Público, Exma. Imprensa aqui presente.

Desde o início desta legislatura que temos vindo a assistir de forma pacífica, por vezes com simples lamentações, à política que tem vindo a ser implementada por este governo no país, com consequências desastrosas para o interior.

Não temos dúvidas que, por muito grande que seja a nossa resistência física e até moral, percebemos já que o grande objectivo final, à medida que vão conseguindo atingir pequenos objectivos intermédios, é a longo prazo a desertificação total do interior e se não o conseguem através de uma lei única, que ficaria muito caro e desequilibraria ainda mais as contas públicas, vão-no conseguindo através da aprovação e implementação isolada, de leis, decretos, diplomas e medidas que tornarão o processo mais moroso para os interessados, mas também mais sofrido para os resistentes que irão desistindo e conformando-se à medida que as ditas leis, decretos, diplomas e medidas lhes vão corroendo as já cada vez mais debilitadas defesas, ou seja condições mínimas de poderem aqui viver uma vida condigna e humanizada.

Já nem sequer falamos dos encerramentos das escolas, maternidades, urgências e SAP's, que apesar de ainda estarem na ordem do dia, estas medidas já causaram os efeitos pretendidos e com toda a certeza jamais se justificará de novo a sua abertura porque aí sim, se algum dia se colocar de novo o problema, já se justificarão então os ainda ou os novos responsáveis, com a falta de população aqui existente, para que se justifique a abertura destes serviços.

Falamos sim de medidas que estão relacionadas com as avaliações de desempenho e no que respeita directamente ao campo da assiduidade que foram tomadas para a aplicação na vida profissional de cada um de nós e mais directamente aos funcionários públicos, desempenhem eles as funções que desempenharem. Entendemos nem sequer discutir ou pôr em causa aqui nesta Assembleia porque não é o local próprio para essa discussão. Será obrigação nossa, enquanto autarcas, protestar e mostrar o nosso desagrado pelas consequências directas e negativas que a avaliação do desempenho irá ter nos autarcas Presidentes de Juntas de Freguesia e aqui mais uma vez é bem visível o desrespeito e até desprezo que este governo demonstra para com estes autarcas não profissionais da política. Ensaiaram uma tentativa bem directamente direccionada quando tentaram implementar uma reformulação do poder autárquico com uma pura eliminação de um número que seria elevado de juntas de freguesia. Se não foi conseguido na altura da forma que pretendiam, conseguem-no agora de uma forma indirecta e que presumimos irá ser já bem visível nas próximas eleições autárquicas, ao retirarem-nos a capacidade de voto nas Assembleias Municipais, quando forem votados os planos e orçamentos respectivos que são assuntos do maior interesse e que directamente se relacionam com a vida autárquica das juntas de freguesia. Mas a maior machadada ao nível do poder local, será sem dúvida, o facto das faltas a que estamos sujeitos nos nossos serviços para o cumprimento de obrigações, apesar de continuarem a ser justificadas, passam a contar para a avaliação de desempenho no factor da assiduidade. Se assim se mantiver a aplicação da lei, não temos dúvida que já nas próximas eleições autárquicas se assistirá ao afastamento de um considerável número de pessoas da política e por consequência a uma grande quebra de qualidade e eficácia da acção das juntas de freguesia e das próprias assembleias municipais.

Assim pretendemos que com a aprovação desta moção que posteriormente será enviada a todas as assembleias municipais, ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, a



todos os Grupos Parlamentares, se possa contribuir para que a aplicação das faltas ao serviço por causa do cumprimento de obrigações não sejam tidas em conta no factor da assiduidade.

Grupo Parlamentar do PSD.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Vale de Gouvinhas:

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia e restante Mesa, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros Colegas, Público e Comunicação Social.

Eu iria inicialmente também falar no que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela falou, o colega Paulo também falou, irei deixar de o fazer, porque iria tomar o tempo de vocês e o essencial já foi dito por estes dois deputados.

No entanto queria dizer que na minha Junta de Freguesia recebi uma moção da Anafre onde nos era solicitado que reencaminhássemos para diversas entidades que vinham mencionadas no ofício. A minha Junta de Freguesia já o fez e convido todos os Presidentes de Juntas a que o façam também. A união faz a força, quantos mais formos melhor defendemos esta nossa pretensão.

Relativamente a outra situação, vou ser também breve e como Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, como Deputado Municipal, como amigo e conterrâneo, já que na última Assembleia não tive grande oportunidade de o fazer, queria agora desejar o melhor desempenho no âmbito das suas funções como vereador, ao meu caro e conterrâneo Dr. Jorge Lopes.

Senhor Vereador, a título pessoal, quero dar-lhe dois ou três conselhos e o Sr. tomá-los-à se achar por bem.

Por vezes a disciplina partidária não nos deixa grande margem de manobra, mas tente ser original e deixe o seu cunho pessoal na sua vereação, porque sei que o bom senso faz parte da sua conduta.

Por força da formação que tem, sei que é muito sensível aos problemas económicos e ao desenvolvimento regional e outro tipo de questões relacionadas com a economia e porque também sei que é agricultor de fim de semana, assim como eu, pega muitas vezes no tractor para lavrar as suas oliveiras e as outras coisas, que fosse um acérrimo defensor nesta Câmara Municipal, do mundo rural, dos caminhos agrícolas, do desenvolvimento rural. Era este o meu pedido pessoal que gostaria de lhe aqui deixar. Gostava de ver a sua posição vincada neste capítulo.

Por fim, dizer-lhe, como Presidente de Junta, que é um orgulho tê-lo como vereador e lhe desejo os melhores desempenhos na sua actividade.

Relativamente a outra questão e que muito me preocupa em termos de freguesia, agora se calhar nem tanto, porque por força das obras que estão a decorrer na minha freguesia, já há muitos buracos e os buracos que são feitos para reparação das condutas não lhe é repostos o cubo, não lhe é repostos o betuminoso e se lhe é repostos, é-lhe repostos, desculpem-me o termo, mal e porcamente. Isto não acontece só na minha freguesia, acontece na cidade. E a mim custa-me de facto a compreender algumas coisas, quando os técnicos do nosso Município nos criticam a nós Presidentes de Junta, quando fazemos algumas obras sem projecto, algumas obras que no nosso entender embelezam e enriquecem as nossas freguesias e porque não somos técnicos da área, por vezes cometemos alguns erros, é verdade que os cometemos, mas efectivamente vejo que eles, técnicos da área, pessoas qualificadas da área, cometem os mesmos erros ou piores.

Então a tapagem de buracos, eu vou citar um que o Sr. Presidente da Câmara até conhece muito bem, encostado aos caixotes do lixo, onde o Sr. Presidente da Câmara viu, foi cortado o betuminoso para fazer a reparação da conduta da água. Para cima atira-se-lhe com terra, com pedras e depois com uma pá umas porradas de betuminoso. Não há um cilindro para compactar, em que é que isto resulta? Passado 8 ou 10 dias, o buraco está igual. Está igual mas depois não é voltada a pôr a situação inicial.

Todas as situações que eu conheço, onde é feita intervenção e onde são abertos buracos, a sua reposição inicial, em quase nenhuma situação é conseguida. E posso citar outro exemplo. Ali na rotunda do Lidl, foi feita uma vala, não sei se foi para águas fluviais, para saneamento, não sei para o que foi. Eu acho que são adjudicados às empresas os serviços para serem bem executados. Passado dois, três meses está aquilo tudo esburacado e ninguém assaca responsabilidades à empresa, eu não sei se lhe são pedidas ou se deixam de ser pedidas. O certo é que o piso está uma vergonha, está uma miséria, ninguém lá consegue passar com dignidade.

Era isto que eu pedia. Mesmo relativamente à reparação de buracos nas estradas municipais de acesso às freguesias, estão muitíssimo tempo abertos e quando depois se deslocam aos locais para os tapar é de cima de uma carrinha com uma pá, atiram para lá duas ou três pás de betuminoso, passados dois ou três dias já não está lá o betuminoso.

Eu entendo que os técnicos têm de certeza competência para mandar executar estes serviços melhores. Tenho dito.



Deputado Municipal Leonel Xavier (CDS/PP):

Muito bom dia Sr. Presidente da Assembleia, Srs., Secretários, Sr. Presidente da Câmara e Vereação, Colegas, Público, Órgãos de Comunicação Social.

Vou ser breve porque já tinha aqui na minha agenda, abordar alguns assuntos que já foram aqui abordados e por conseguinte, não vou repetir-me, mas na maré de obras eu queria chamar aqui a atenção, porque já verifiquei, já caíram pessoas e principalmente pessoas com deficiências motoras.

Estou a referir-me precisamente a uma rua bastante movimentada da nossa cidade, a Rua D. Manuel II, que não sei se sabem qual é, mas explico melhor, é aquela rua que desce da Câmara Municipal. Fizeram-se obras naquele edifício Império e há a colocação de candeeiros que prejudicam o transeunte mesmo normal, quanto mais aqueles que são obrigados a ir ao Notário, a qualquer outro sítio ali, que tem que ir de carreira de rodas. Tem que sair do passeio, mas fora do passeio há o estacionamento, é de facto muito absurdo e muito difícil para essas pessoas transitarem naquele local. Julgo portanto que com a Câmara, eu sei que esses assuntos não são propriamente da Câmara Municipal também estão aliados à EDP, com certeza, mas de qualquer forma quem manda nas ruas é a Câmara e por isso seria de bom tom que dessem uma vista de olhos e verificassem de facto que aqueles candeeiros estão mal implantados naquele local.

Outro assunto e vou repetir-me aqui, porque já fiz esta intervenção aqui há 2 reuniões atrás, salvo o erro, é relacionado com a saída do Parque Dr. José Gama para Golfeiras. Junto ao edifício Variante, entronca ali uma rua, a Rua D. Manuelzinho Praia. Ainda não houve acidentes naquele bocado, mas como diz o nosso povo, vale mais prevenir do que remediar, porque poderá haver ali situações perigosas, acidentes, porque não há lá nenhum sinal, a gente vem do Parque Dr. José Gama, julga que aquilo que é tudo dele e do outro lado faz a mesma coisa e por conseguinte, não ficaria mal ali uma placazinha no sentido prioritário a uns e a outros aguardam.

Também já foi aqui abordado e foi da bancada do Partido Socialista, foi levantado este problema, para a degradação da Estrada Nacional N.º 15, mais propriamente desde a casa do Sr. Ângelo César, até ao nó do IP4. O movimento é muito, como toda a gente sabe, a estrada é muito má e demora-se mais tempo a chegar ao nó do IP4, do que deste até Murça. Parece exagero, mas experimentem, principalmente quando há carros, autocarros, camionetas, enfim ... não sei como é que se poderá resolver esse assunto, alargar, compor ... a Câmara tem uma palavra e parece-me que deveria tomar essa atitude de resolver ou procurar amenizar um pouco esse transtorno para quem diariamente transita naquela estrada.

Há um outro assunto e para terminar isto, os meios de comunicação social têm-se referido com alguma insistência que a gestão dos estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico passarão para a alçada das Autarquias Locais.

Algumas já são conhecidas há muito tempo e estão já implantadas, "transportes escolares, cantinas, etc., etc.," mas o que agora consta e me deixa bastante preocupado, embora eu já esteja fora do ensino, refere-se com a gestão do pessoal docente.

Dada a complexidade deste assunto – e eu aqui não estou a falar única e exclusivamente com a Câmara de Mirandela, mas é o meio de que me sirvo para levar esta notícia – como pretende a Câmara Municipal abordar este caso. Há possibilidades de levar a bom porto, por exemplo, concurso de professores? Estão as Câmaras habilitadas para tal, ou os concursos serão iguais aos que ocorrem agora para outros funcionários municipais? Parece-me de bom-tom e tendo em conta alguma experiência neste assunto, que o Executivo de Mirandela deveria inteirar-se junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o que pensa fazer desta área. Não queiramos ver amanhã professores com melhor classificação, serem preteridos por outros, somente porque o clubismo partidário seja o outro, seja diferente do dele. Isto não é de agora, fala-se há muito e muito tempo deste assunto e tem batido mal. Porquê agora? Dar competências às Câmaras, implica também dar-lhe meios económicos e financeiros para se poder aplicar estas novas experiências, porque exerci funções educativas ao longo de muitos e muitos anos, não gostaria de ver o 1.º Ciclo do Ensino Básico à mercê de ideologias políticas. De momento tenho dito.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Muito bom dia Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, aos Colegas, o Executivo e Srs. Municipais.

Hoje era uma coisa calminha, no entanto a suscitação de algumas intervenções aqui assim, não me podem deixar calado. Mas antes disso eu queria fazer uma pergunta à Mesa.

Foi lida a justificação das faltas de elementos da Assembleia, eu gostava de saber se foram justificadas pela Mesa ou não, porque só foi lido que as justificações chegaram. Ora a Mesa tem que as justificar ou não justificar e nós não somos informados se a Mesa reuniu para justificar as faltas. Creio que é uma gafe que pode ser corrigida muito brevemente.

Relativamente às obras da Rua da República, eu não quero ser tão pudico como o Eng.º Baltazar, porque o facto de a estátua ter sido tratada como foi, eu acho que foi bem tratada. Foi tratada com dignidade, porque manteve-se ali assim e não vejo que venha mal ao mundo da forma como foi tratada.



Aquilo que eu chamo a atenção é o seguinte: é que deve ser do conhecimento do Executivo de que há varandas de prédios que estão ligadas às caleiras das águas pluviais, o que vai lavar que se calhar no Verão a lavagem das varandas, as águas sejam introduzidas nas caleiras e sejam introduzidas naquela caleira na rua. Era conveniente verificar e acabar com esse sistema.

Já agora, ainda relativamente às obras, porque o vagar é muito, creio que a Câmara pecou um bocado por falta de informação no que se está a fazer e principalmente na entrada da Ponte Velha, porque pára ali muita gente e diz “o que é que esta gente anda aqui a fazer com um pincel?” Creio que teria a equipa de marketing da Câmara ter posto ali uma informação do que ali se está a fazer, porque os Municípes passam ... olha onde se gasta o dinheiro, olha aquilo que estão a fazer, quando há uma justificação para tudo e com uma informação capaz podia-se resolver esse tipo de problemas.

Outra das situações também que já falei milhentas vezes e vou falar outra vez, mas provavelmente vai tudo continuar na mesma, que é a iluminação na Ponte Europa. Ontem ainda lá passei e não havia uma única lâmpada a funcionar. Aquele tipo de iluminação, eu sei que o arquitecto desenhou aquilo, mas não haverá a possibilidade de acordo com o arquitecto pôr um outro tipo de iluminação de forma a que não seja tantas vezes vandalizada e que se tenha iluminação naquela ponte? Porque agora com o trânsito a fluir ali muito, não tem iluminação a ponte e era bom que tivesse porque os acidentes dão-se e às vezes tenho a impressão que com um bocado de boa vontade se podia resolver.

Há outra situação que eu gostava de aflorar aqui, mas estive atento à correspondência que foi lida e não ouvi falar que há quatro eleitos na Assembleia Municipal na CPCJ, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. Que a comissão alargada reúne uma vez por ano, que a lei diz que deve ser enviada à Assembleia Municipal e como não ouvi a correspondência, não sei se foi enviada ou não. Se alguém quiser, como eu faço parte, fui eleito, enfim, para ter uma reunião de ano a ano, sobre a caracterização, eu tenho aqui assim e não digo mais nada, porque creio que alguém com responsabilidades devia-o ter feito.

Agora vou falar naquilo que foi e que me levou a inscrever, que é a questão da próxima alteração da lei eleitoral e não quero deixar de dar entre aspas “nas orelhas” ao Sr. Presidente da Junta do Franco, porque Sr. Presidente, é o PS mas também é o PSD. É que a história não é só do PS, o PS sozinho não fazia nada, não pode alterar a lei, tem que ter o PSD e os deputados do PSD que vocês elegeram, acham que vocês são uma cambada “perdoem-me a expressão” de bestas, que não estão a fazer nada aqui na Assembleia Municipal, porque senão não aceitavam fazer parte duma lei que na minha opinião ainda vai ser alterada a vosso favor e isto porquê? Porque se vocês contarem os eleitos directos na Assembleia Municipal, sem os Presidentes de Junta, o Executivo está à rasca e portanto a pressão vai ser do Executivo, na minha opinião, no sentido que os Presidentes de Junta possam também votar, sob pena de na aprovação do Plano e Orçamento verem chumbados os seus planos.

Mas não é só isso e vocês porque lhes convém, porque também está em causa o PSD, só falam e muito bem e eu sou favorável à vossa causa, porque não tem jeito nenhum que um Presidente de Junta numa Assembleia Municipal seja de pleno direito das 10 às 11 no Período de Antes da Ordem do Dia e depois das 11 em diante até que se acabe a discussão e a votação do Plano e Orçamento, deixem de ser de pleno direito, porque da forma como a lei está apresentada, não têm voto na matéria

Mas o que queria dizer era o seguinte: sei, porque as pessoas com responsabilidade que estão dentro da lei, dizem em off aquilo que não podem dizer em público e dizem que vocês não são precisos para nada, que há Presidentes de Junta a mais, etc., etc., etc..

Aos Presidentes das Juntas de Freguesia tira-lhes o poder de votar os orçamentos e os planos municipais, trata-se de uma absurda afronta aos titulares dos órgãos autárquicos, que de forma mais próxima e directa respondem perante as populações.

Sublinhe-se que a participação dos Presidentes de Junta nas Assembleias Municipais é em representação directa dos cidadãos que os elegeram, é como foi referido num debate no parlamento, um elemento de valorização democrática nas Assembleias Municipais e um factor acrescido em defesa dos interesses das populações.

Mas na minha opinião provavelmente não será na vossa, não é só esta situação que está má. Vocês sabem por exemplo – e agora viro-me para a bancada do CDS, que cerca de 40 das Câmaras Municipais em que estão quadros do CDS, que deixam de estar? Porque o PSD depois não precisa do CDS para nada, tem os elementos em maioria do PSD e bom dia meus senhores, passem bem. O CDS que ainda está nalgumas Câmaras Municipais e nalgumas importantes, deixa de estar.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira:

Sr. Garrido desculpe lá, está quase já com o dobro do tempo, de maneira que agradecemos que abreviasse por favor.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Está bem, eu abrevio.



É só para chamar a atenção, vocês já repararam, por exemplo no caso de Lisboa, com cerca de 29% dos votos, se a lei já estivesse em vigor, o PS elegia 8 vereadores, as restantes forças políticas, que alcançaram 71% dos votos, teriam que se contentar com 5. Onde é que está a democracia. E isso pode acontecer em vários municípios. Esta história não é só os Presidentes da Junta, também é, mas é um bocado depois na minha opinião também a entrada plena do caciquismo nas Autarquias Locais, em que o Sr. Presidente, seja ele qual for escolhe quem quer e quem não quer e quando estiver chateado manda-o embora. E isto de facto, de democracia do PS e do PSD, tem muito pouco que se lhe diga, na minha opinião. Muito obrigado.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Bom dia a todos.

Penso que houve aqui um equívoco por parte do Sr. Garrido, porque a moção apresentada pelo Sr. Presidente da Junta do Franco, o Sr. Paulo Pontes, pareceu-me a mim, mas ele está aqui presente para me corrigir, se eu não estiver correcta, tinha a ver com o facto de não ser considerada justificada e ter impacto na carreira e progressão na carreira dos professores, qualquer falta ao serviço. Era essa, penso eu, a ideia central que resultou da moção, ou seja os professores hoje em dia, que estejam presentes numa Assembleia Municipal, a sua justificação não acolhe e portanto a falta ao serviço, tem repercussões na sua avaliação e progressão na carreira.

O Deputado Municipal David Garrido pediu licença interpolou a **Deputada Municipal Elina Fraga** e disse: é que quando eu levantei o problema me pareceu que a moção surge do facto da nova lei. A nova lei autárquica é que vai introduzir esse mecanismo. Eu retiro e peço desculpa, porque estava convencido que vinha advir da nova lei que já foi aprovada na generalidade.

A Deputada Municipal Elina Fraga, continuou a sua intervenção:

Sr. Garrido, sem prejuízo de não querer sacudir a água do capote do PSD para o capote do PS, eu diria que em relação a esta legislação, ela é da exclusiva responsabilidade do actual Governo, não precisou do amparo do PSD para isso.

Depois para dizer que o Eng.º Baltazar falou aqui em medidas trogloditas, foi uma palavra que eu registei e que achei interessante, porque se aplica aquilo que era a minha intervenção programada, porque me parece que também em relação aos tribunais vai ser aplicada uma medida troglodita, ó que essa medida troglodita não é da responsabilidade da Câmara Municipal de Mirandela, mas será, a consumir-se, do actual Governo e eu digo do actual Governo ressaltando desde já para que não venham dizer que há um acordo que se chamou "pacto da justiça" entre o PSD e o PS, dizer que aquilo que nos move aqui, a nós autarcas, a nível local, é naturalmente o interesse de Mirandela e dos Mirandelenses. Não estamos sujeitos a quaisquer amarras resultantes de quaisquer acordos e portanto a nossa visão política e estratégica deve ser sempre para servir o interesse das nossas populações.

Sem prejuízo disso, devo também dizer que tanto quanto tenho conhecimento – que não é muito aprofundado, também devo confessar – o pacto da justiça envolvia um acordo entre o PSD e o PS, no sentido de ambos constatarem a necessidade de estruturarem ou criarem um novo modelo de gestão para os tribunais, optimizando os recursos humanos, profissionalizando a sua gestão e naturalmente redistribuindo geograficamente os vários tribunais, de forma a torná-los mais eficientes. Parece-me que esse acordo que não abrange a localização das comarcas e essa pelo menos para já é uma proposta que resulta exclusivamente do actual Governo e que já mereceu algumas críticas do PSD.

Eu falo nisto porque como sabem, penso que terminou agora ou estará a terminar a discussão pública do novo mapa judiciário e eu vou apresentar nesta Assembleia uma moção de protesto em relação a esse assunto.

Devo dizer que o novo mapa judiciário para também não criar falsos alarmismos no sentido que se vai proceder a um encerramento sucessivo de tribunais, o novo mapa judiciário vem criar, extinguir aquilo que são os actuais círculos judiciais e criar as chamadas comarcas, que eu diria que são mega comarcas.

Nesse sentido, o Tribunal de Mirandela, que é sede de comarca e sede de círculo judicial, incluindo na sua estrutura e na sua organização vários municípios, porque o círculo judicial de Mirandela compreende também o município de Vila Flor, Carrazeda, Torre de Moncorvo e Alfândega da Fé, esse círculo deixa de existir e é criada uma comarca que se irá chamar de Trás-os-Montes e compreende todos os municípios do Distrito de Bragança e também o município de Vila Nova de Foz Côa, que é do Distrito da Guarda.

Para mim, e sei que o PSD a nível local tem estado atento e que tem partilhado esta minha preocupação, aquilo que é importante é que não se consinta: 1.º que haja um afastamento substantivo das populações em relação aos tribunais, ou seja, hoje as populações quando têm por exemplo uma acção cível de valor superior à alçada do Tribunal da Relação, os julgamentos são feitos nas suas terras. Está previsto que assim seja, mas os juízes podem de forma fundamentada, obstar essa deslocação, obrigando a que



sejam as populações a deslocar-se à sede da comarca. A sede da comarca está prevista que seja em Bragança e portanto vejam o transtorno que isso vai causar.

Por outro lado, a criação dessa mega comarca e por outro lado o zum zum, o cochicho que há à volta da criação de tribunais especializados, pode esvaziar de competências um futuro juízo de competência genérica que será instalado, segundo este mapa judiciário, em Mirandela e portanto é bom que toda a gente esteja atenta a esta realidade e particularmente o PSD.

Eu vou a seguir apresentar a moção de protesto, que é breve e que se restringe no fundo a um repúdio pela não consagração de uma segunda comarca, como inicialmente até estava previsto em Mirandela.

Moção de Protesto apresentada pelo Grupo Municipal do PSD

No âmbito da discussão pública da proposta de lei de revisão do mapa judiciário e da organização dos tribunais, tomou o grupo municipal do PSD conhecimento do propósito de Mirandela integrar a comarca de Trás-os-Montes.

O grupo municipal do PSD, com o sentido de responsabilidade que o caracteriza, considera que a reforma do mapa judiciário e a reformulação da organização dos tribunais é absolutamente necessária e exigível.

Efectivamente era imperioso otimizar os recursos disponíveis e profissionalizar a gestão dos tribunais com a criação de um novo modelo organizacional.

A revisão de tal mapa e o novo mapa territorial a aprovar não pode, contudo, constituir um obstáculo ao acesso efectivo dos cidadãos à justiça.

A comarca de Trás-os-Montes, tal como aparece configurada no novo mapa judiciário, integra a divisão judicial do norte e terá a sua sede em Bragança. Tal comarca abrangerá a área territorial do Município de Mirandela, bem como a dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

Desta forma, no novo mapa judiciário uma única comarca abrange toda a área geográfica correspondente ao Distrito de Bragança, integrando ainda uma comarca localizada no distrito da Guarda, desprezando as especificidades e características naturais da nossa região. A vasta área geográfica que é coberta pela comarca de Trás-os-Montes põe definitivamente em causa uma justiça de proximidade com os cidadãos, moderna e eficiente, tornando mais oneroso e difícil o acesso aos tribunais.

O grupo municipal do PSD não se conforma com a criação de uma única comarca no distrito de Bragança, defendendo a existência de duas comarcas, uma com sede em Bragança e outra com sede em Mirandela, com correspondência de tais comarcas à actual divisão judicial, dos círculos de Bragança e Mirandela.

Efectivamente, com a criação de uma única comarca efectuou-se uma discriminação negativa, penalizando-se o distrito de Bragança e as suas populações, relativamente a outros distritos, designadamente o distrito de Vila Real.

O novo mapa judiciário ao consagrar uma única comarca não tem em consideração, designadamente:

- a inexistência de transportes públicos a proporcionar uma ligação entre os vários municípios e a sede da comarca de Trás-os-Montes;

- o tempo de trajecto necessário para as populações do sul do distrito acederem à sede de comarca;

- as fracas acessibilidades e o mau estado da generalidade das estradas no distrito de Bragança;

- as condições sócio-económicas das populações;

O novo mapa judiciário traduz mais um estímulo à desertificação do interior, tornando a justiça menos acessível e, por consequência, menos eficaz para os cidadãos.

Pelo exposto, propõe:

Seja aprovado o presente protesto contra a integração da área geográfica do Município de Mirandela na comarca de Trás-os-Montes;

Seja reclamada a criação de uma segunda comarca no distrito de Bragança, que abranja as áreas dos municípios localizados geograficamente no sul do distrito de Bragança e que correspondem actualmente ao círculo judicial de Mirandela, bem ainda o município de Vila Nova de Foz Côa.

Que da decisão que vier a ser tomada por esta Assembleia, se for favorável, seja dado conhecimento a suas Excelências, os Senhores Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Ministro da Justiça e Presidentes dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos dar a palavra ao Sr. Deputado Prof. Sousa, mas antes porém chamava a atenção de toda a Assembleia do seguinte: está consumida uma hora do Período de Antes da Ordem do Dia e fizeram intervenção metade dos inscritos, há necessidade portanto de a Assembleia votar para autorizar o prolongamento deste período da ordem do dia



Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....57

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o prolongamento do Período de Antes da Ordem do Dia.

Está autorizado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Bom dia a todos e a todas.

Antes de fazer duas intervenções dirigidas à Mesa eu gostava de tratar um conjunto de assuntos avulso, alguns dos quais dizem-me respeito pessoalmente, outros dizem respeito ao Município.

Começaria com o problema da correspondência, eu lamento pela terceira ou quarta vez ter que vir tratar esta assunto aqui, mas a corre correspondência continua a chegar ao meu antigo endereço, não obstante eu já tenha entregue o certificado de residência da minha nova residência e penso que há uma falta de articulação se calhar com os serviços da Assembleia a restantes pessoas que na Câmara também enviam alguma correspondência para os membros desta Assembleia.

Posso dar indicação que da Esproarte é tudo enviado para a antiga morada, mas mesmo da Câmara Municipal, dos serviços de finanças, ou de quem está responsável pelo envio da Declaração para o IRS, também me chegou à antiga morada. Há algum inconveniente, eu tenho lá uma pessoa amiga que me recolhe a correspondência, mas desejaría que ela passasse toda a ser enviada para a minha nova morada.

Hoje de manhã decidi vir a pé para a Assembleia, que é um bom exercício e passar pelo bairro onde cresci, onde passei a minha adolescência e a minha juventude, que é o Bairro do Fomento e constatei que de facto está um bocado descuidado em termos da pavimentação, está descuidado em termos de ajardinamento, não sei se existe alguma intervenção em curso, ou se está prevista, - em curso penso que não, porque eu não vi máquinas nessa zona - é sobretudo a envolvente da escola está assim um pouco desleixada e foi com algum descontentamento que eu assisti a isso.

Relativamente a outro assunto que é a Agenda, já foi aqui referido pelo meu colega de bancada, de facto penso que a Agenda deveria conter mais informação sobre o trabalho da Assembleia Municipal e deveria ser mais plural. Eu também fiquei algo triste, que na Agenda que nos foi enviada de Janeiro de 2008 venha mencionado um jantar de beneficência e vem e muito bem um jantar de beneficência que foi organizado pela Terra Olea e que não venha de igual modo mencionada a iniciativa que esta Assembleia teve e que colheu a participação de membros dos vários grupos, relativamente ao donativo que fizemos para a Casa do Menino Jesus. É preciso ter em conta que as pessoas geralmente, embora as actas sejam publicadas no portal da Câmara, geralmente não têm por hábito ler as actas da Assembleia Municipal e portanto acho que o Boletim e o próprio portal da Câmara devem dar mais relevo ao trabalho da Assembleia Municipal de um modo plural e contribuindo assim para a sua aproximação dos cidadãos e para a sua dignificação. E digo isto porque não é só o público em geral que é desconhecedor do trabalho que aqui fazemos, nós tivemos uma situação recentemente de um jornal local, que por lapso fez uma comunicação errada duma votação que tinha ocorrido aqui, corrigiu posteriormente, mas penso que tendo uma página ou duas dedicadas no Boletim, para o trabalho aqui da Assembleia, acho que seria útil.

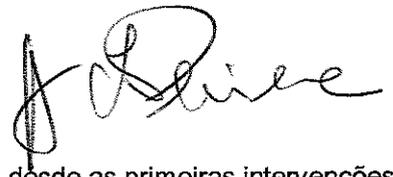
Um outro assunto é o seguinte: os autarcas por vezes e justamente, apontam o dedo ao Governo, este, ou outro ou o próximo que venha, de falta de deliberação, de não serem ouvidos, de falta de consulta pública, etc. e são notas justas. É claro que quando nós exigimos dos outros, também devemos praticar em casa e eu acho que podia ter havido alguma consulta pública prévia dos comerciantes na Rua da República, relativamente aos trabalhos que estão em curso e estou certo que muitos deles teriam opiniões interessantes a dar ao Executivo sobre métodos de fazer a obra, obviamente não estão contra a obra, mas métodos de a realizar e de a finalizar.

A apresentação pública de um projecto não pode ser entendida como uma deliberação pública de um projecto, são coisas completamente diferentes.

Também o mesmo se passa relativamente à colocação dos ecopontos e penso que na obra da Ribeira de Carvalhais, também o GAT que foi autor da obra, não foi consultado relativamente à intervenção que está a ser feita na dita Ponte Romana.

Acho que é bom que se introduza esse método de consulta pública regularmente, as coisas levam o seu tempo, mas regularmente que se vá introduzindo essa proximidade com os cidadãos.

Uma outra notícia que não deixou de me causar algum espanto, embora eu não seja residente em Mirandela mas preocupa-me, tenho cá família obviamente e sou cá deputado, portanto é um assunto que diz respeito a esta comunidade, Mirandela tem o gás mais caro dos concelhos aqui da região e eu pude constatar que existe um projecto em curso dos Resíduos do Nordeste, relativamente à criação de uma



estação de Biogás, que gostaria desde já aplaudir a iniciativa, porque eu desde as primeiras intervenções que tenho feito nesta Assembleia, fui sempre a favor para se potenciarem as produções dos projectos de energia alternativa de aproveitamento de fontes de energia alternativa, já tive oportunidade aqui de mencionar uma vez que o mesmo deveria ser feito no sector de produção de azeite. Existe ali um potencial de biocombustível que poderia ser aproveitado e talvez associar esse projecto a uma universidade, para que de facto se concretize.

Relativamente a um assunto que foi aqui trazido, a reforma da lei eleitoral, não vou aqui perder muito tempo a tratar esse assunto, eu já também tive oportunidade em público de dar o meu contributo para essa discussão, a reforma eleitoral a meu ver é um embuste democrático. É uma reforma PS / PSD, é como é, e é um embuste democrático por duas razões muito simples: reduz os mecanismos de controle e eu não estou a favor de uma reforma que reduza os mecanismos de controle, mas sim que os potencie e é uma reforma que fere o pluralismo, que eu também não posso estar a favor. Em toda a Europa estão-se a dar passos no sentido contrário, de maior pluralismo, de maior inclusão nos processos de deliberação local. Nós estamos a retroceder.

De qualquer das maneiras não quero com isto dizer que não se precisa de reformar o poder local. Precisa-se sim de reformar o poder local, o problema é o método e por onde se começou. Penso que começaram pelo pior elemento da reforma que é o da lei eleitoral e tendo em conta que existem toda uma série de mecanismos que foram criados e que hoje existem praticamente no papel e que ainda não foram sequer potencializados. E é nessa perspectiva que eu vou fazer estas duas solicitações à Mesa.

Relatório da Oposição

Considerando que a Constituição da República Portuguesa reconhece no seu Artigo 114.º o direito da posição da oposição democrática;

Considerando que a Lei n.º 24/98, de 26 de Maio consagra um Estatuto do Direito de Oposição, assegurando no seu Artigo 1º “o direito de constituir e exercer uma oposição democrática... aos órgãos executivos... das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei” e estabelecendo, no seu Artigo 10º a obrigatoriedade dos órgãos executivos das autarquias locais elaborarem, até ao fim de Março do ano subsequente àquele a que se referam, “relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes” do Estatuto do Direito de Oposição;

Mais ainda, considerando que o mesmo Artigo 10º estipula que esses relatórios sejam “enviados aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre eles se pronunciem” e que a pedido desses “podem os respectivos relatório e resposta ser objecto de discussão pública na correspondente assembleia”; e que finalmente sejam publicados “no diário ou boletim municipal respectivo”;

Considerando que no âmbito da alínea n.º 5 do número 1 do Artigo 68º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, compete ao Presidente da Câmara “Promover o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição e a publicação do respectivo relatório de avaliação”;

Considerando que na alínea j) do número 1 do Artigo 53º da mesma Lei que consagra o quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos municipais compete à Assembleia Municipal “Discutir, a pedido de quaisquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição”;

Considerando que em reunião de câmara foi solicitado por requerimento, pelos vereadores da oposição, o relatório de 2007 sem que tenha havido uma resposta adequada por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal em anos anteriores e que até à data nunca realizou qualquer diligência com vista ao cumprimento desta obrigatoriedade consagrada na Constituição e na Lei,

Vimos solicitar à Mesa desta Assembleia que assegure o Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição como lhe compete, impondo ao executivo a obrigatoriedade de elaboração, comunicação e publicação dos relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes do Estatuto e cumprindo esta assembleia a obrigatoriedade de discussão dos mesmos assim como das respostas dadas pelo executivo, de acordo com os desideratos e provisões consagrados na Constituição e na Lei.

Reporte e discussão de relatórios das associações e pertenças institucionais da CMM:

Considerando que no âmbito da alínea d) do número 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, compete à assembleia municipal “Acompanhar, com base em informação útil da câmara, facultada em tempo oportuno, a actividade desta e os respectivos resultados, nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado”;

Considerando que em anteriores reuniões de assembleia (26 de Junho e 22 de Dezembro 2006 respectivamente) tivemos a oportunidade de solicitar à Câmara Municipal uma relação de todas as



participações institucionais do município em redes e associações de âmbito regional com actuação nas mais diversas áreas de interesse para o desenvolvimento do concelho, onde constassem detalhadamente os seguintes elementos:

- nome da associação/rede,
- a missão/propósito (sumário) da rede, associação ou protocolo;
- o custo de filiação e o respectivo montante (incluindo custos de representação);
- o(s) nome(s) e contacto(s) do(s) representante(s) do município
- agenda de trabalhos e relatório de actividades.

Considerando que esta informação é de vital importância para que esta assembleia possa acompanhar o desempenho destas representações e avaliar regularmente os resultados obtidos, a fim de ponderarmos a continuidade e/ou o modo de participação institucional do município;

Considerando que a Câmara Municipal tem um dever legal de facultar, em tempo útil, aos deputados informação sobre todas as actividades do município para que possam ser discutidas nesta Assembleia de modo a cumprir a função fiscalizadora que lhe compete,

Tendo em conta que essa informação não nos foi facultada até à data, nos termos referidos,

Vimos solicitar à Mesa desta Assembleia que assegure o pleno exercício de competências exclusivas deste órgão, instituindo uma prática de reporte e que imponha ao executivo a obrigatoriedade de a fazer cumprir de acordo com os desideratos e provisões consagrados na Lei. Seria da extrema utilidade para os membros desta Assembleia e para os munícipes em geral que essa informação fosse tratada de um modo compreensivo e sucinto, em formato de relatório, disponibilizada em papel e/ou no website do município.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra o Dr. Adérito, eu chamava a atenção dos Srs. Deputados que temos uma hora, é a segunda hora do Período de Antes da Ordem do Dia, a intervenção que eu não interrompi propositadamente, teve cerca de um terço do tempo total, de maneira que somos todos que temos que gerir o decurso da Assembleia.

Deputado Municipal Adérito Pires (PS):

Sr. Presidente, atendendo ao seu apelo, prometo que vou ser breve, mas aproveito antes de mais para cumprimentar V. Ex.^a assim como os restantes membros da Mesa, cumprimento que torno também extensivo ao Sr. Presidente da Câmara, à Sr.^a Vereadora Graça Calejo, aos Srs. Vereadores e bem assim às Sr.^a s. Deputadas, aos Srs. Deputados e em particular também ao público, porque não tendo obrigação de aqui estar presente, querem contribuir com a sua vinda aqui e também com a sua intervenção para o enriquecimento e para a dignificação das nossas reuniões.

E posto isto Sr. Presidente, aproveitava para uma palavra prévia, para dizer que efectivamente subscrevemos em parte as preocupações que aqui foram manifestadas pela Sr.^a Dr.^a Elina Fraga, mas dizer que no que concerne a esta matéria, quanto julgo saber, o mapa judiciário ainda não estará definitivamente encerrado, estará ainda em estudo, também quanto julgo saber, não prevê a extinção de quaisquer tribunais, embora nós também não deveríamos andar a exigir do Estado simultaneamente uma coisa e a outra, ou seja simultaneamente menos receitas e simultaneamente mais despesas, porque para dar este exemplo e comparando por exemplo com França que é um País em termos de território, com uma extensão maior do que Portugal, tem mais tribunais do que Portugal, isto é significativo do número de tribunais que temos em Portugal, mas a verdade é que temos hábitos, temos direitos que foram transmitindo de geração para geração e portanto nesse particular, subscrevemos inteiramente essas preocupações.

No entanto também gostaria de dizer que de facto existe aqui alguma responsabilidade do PSD, porque também quanto julgávamos saber, existia um pacto entre o PSD e o PS e a verdade sem que nada o fizesse prever, o PSD abandonou esse pacto e em nome do aperfeiçoamento desse mapa judiciário, julgo que será oportuno apelar ao PSD para que volte ao pacto e através da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, agora ao que parece, assessor do Presidente do PSD, para que lhe faça de facto esse apelo para que volte ao pacto, para que ele seja beneficiado e para que Mirandela também tenha algum benefício com esse aperfeiçoamento.

Mas para que a culpa não morra solteira, quero também dizer que vamos votar esta moção apresentada pela Dr.^a Elina Fraga e proponha-lhe o seguinte:

Para que esta moção não tivesse um carácter eminentemente partidário, eu proponha-lhe que em vez de ser apresentada pela Dr.^a Elina em nome do Grupo Parlamentar do PSD, que ela fosse apresentada por toda esta Assembleia, por todos os partidos representados, desde que houvesse naturalmente esse consenso dos partidos aqui representados na Assembleia.

E posto isto Sr. Presidente e agora vou ser mesmo rápido, mas a verdade é que já estamos em mais de metade deste mandato que se iniciou em Novembro de 2005. E julgo oportuno nesta altura, uma vez que já está mais de metade decorrido após a eleição do Presidente da Câmara, fazer o ponto da situação no que



concerne àquilo que foram as obrigações assumidas pelo Sr. Presidente da Câmara, assumidas em forma de contrato de mandato. É que todos nos recordamos que há mais de dois anos prometia para Mirandela mais habitação, prometia para Mirandela mais qualidade de vida, mais riqueza, mais emprego, como aqui já foi questionado e noto que não fazia depender esta circunstância da criação de mais emprego de qualquer protocolo com o Governo, como já se referiu e nesta medida uma primeira pergunta. Até ao momento o que é que já fez, ou se fez, em que é que se traduz o cumprimento destas obrigações, destas promessas que efectivamente assumiu nesta forma de mandato, com os Mirandelenses.

Por outro lado lembro-me, lembram-se todos porventura, que aquando das últimas eleições eleitorais, o PSD exibia outdoors onde retratava 12 obras só para Mirandela, alegadamente estruturantes e que efectivamente todas elas para ser executadas neste mandato.

Mais, para que dúvidas não houvesse e aqui faça-se justiça ao Sr. Presidente da Câmara, após o decurso do acto eleitoral e uma vez eleito, na tomada de posse, aqui reiterou que de facto essas obras seriam para cumprir até ao fim do mandato, mas disse mais, é que dessas 12 obras, 9 estariam em execução ou concluídas até ao fim de metade do 1.º mandato, ou seja, até ao fim de 2007.

E nestas circunstâncias, para que se recorde e recordar-se-à seguramente daquilo que disse, eu perguntava-lhe neste momento, onde é que está o museu da oliveira e do azeite, onde é que está a prometida habitação social, onde é que está o alargamento do parque de campismo, a ecoteca, o acesso ao Este a Mirandela, a reabilitação do Palácio dos Távoras, a revisão do PDM, o agropólo, o Complexo Desportivo que também já aqui foi perguntado, mas que parece que já deveria ser uma das tais 9 obras em fase de execução até ao fim de 2007, mas parece que não é aquela obra, a monumental do alargamento ou do prolongamento, que nunca percebi bem, do rio Tua até Frechas.

Não lhe pergunto naturalmente sobre a ribeira de Carvalhais, sobre a obra da ribeira de Carvalhais, sobre o posto de turismo que já está ao que parece em execução e sobre o Cento de Saúde, com a participação do Governo que também já está concluído.

Mas considerando as suas palavras, considerando as suas promessas, a minha questão é esta: é se efectivamente se enganou na altura ou se quis dizer mesmo aquilo que disse, ou seja, que até 2007, ao fim de 2007 estariam 9 obras concluídas e que depois, na última fase do mandato, para ter o mandato descansado, então sobrariam as 3, ou se não quis dizer o contrário. E se quis dizer isso mesmo, perguntava efectivamente a que é que se deve esse atraso. Mas não gostaríamos é e não nos diga que todas estas obras não vão der executadas até ao fim do mandato, ou não nos diga que vai desistir de alguma delas, porque o PS é um partido cordato e naturalmente que quererá no fim do seu mandato e ao que parece é o último e faz muito bem não se candidatar e julgo que o PSD também não deve sacrificá-lo, porque a vida autárquica é dura e naturalmente o Sr. Presidente que já manifestou essa vontade de se ir embora, julgo que devem respeitar essa vontade de não o sacrificar e portanto nós queríamos, o PS queria, como partido cordato que é, no fim deste seu mandato, ainda que simbolicamente, também homenagear, porque de facto representará o terminus de bastantes anos de vida autárquica.

Mas como ainda está, ou pelo menos ainda devia estar ao trabalho, aproveitava só também para mais uma pergunta Sr. Presidente, só mesmo mais uma.

Quanto julgamos saber e isto tem a ver com a construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários da Torre D. Chama, quanto julgamos saber a obra importará julgo que em 650 mil Euros, sendo que o Estado assumiu o compromisso de pagar 60% da obra se as informações que transmitiram são essas mesmas, o que representa cerca de 400 mil Euros e a Câmara, Junta de Freguesia, o dono da obra, os Bombeiros Voluntários, teriam assumido as proporções de 20, 10 e 10%, ou seja, isto no fundo para dizer que os outros 40% seriam da responsabilidade da Câmara Municipal.

Também quanto julgo saber o Governo já transferiu a tranche a que se comprometeu, até ao desenvolvimento de 50% da obra, porque neste momento, em termos de execução, ela estará sensivelmente em termos de 50% e a questão que eu aqui colocava é esta: é se efectivamente a Câmara Municipal tem transferido para essa obra as verbas que se comprometeu e não o tendo feito se não teme que efectivamente a obra fique parada por causa da Câmara Municipal não assumir os seus compromissos, uma vez que o Governo até ao momento tem cumprido.

Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, Sr. Jorge Pereira:

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, demais elementos, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Exma. Assembleia.

Em 2007, por questões de maior agilidade num processo de concessão, tal como tinha acontecido em 2006, a Junta de Freguesia de Frechas solicitou à Câmara Municipal que fosse a Junta de Freguesia a concessionar o bar da praia fluvial.

O Executivo deliberou concessionar à Junta de Freguesia o referido bar, celebrando o correspondente protocolo entre as partes.

Entre outras considerações, a dada altura, o protocolo diz o seguinte:

“A Junta de Freguesia não pode proceder à realização de qualquer tipo de obras.”



A Comissão de Apuramento constituída pelos três elementos da Junta de Freguesia, dada a pontuação e a classificação obtida, concessionou o bar a Alfredina Saldanha. Entretanto o marido da concessionária desde algum tempo a esta parte manifestou vontade, ainda que verbalmente, de proceder a obras de alteração do edifício.

Perante tal pretensão, foi transmitido ao interessado que a Junta de Freguesia, face ao protocolo estabelecido com a Câmara Municipal, não pode efectuar qualquer tipo de obras, nem tão pouco licenciá-las, pois não tem atribuições nem competências legais para o efeito.

Em finais de Janeiro último, um filho da concessionária, verbalmente, dirigiu-se à Junta de Freguesia com o mesmo propósito. A resposta foi-lhe claramente transmitida com a leitura do protocolo, o qual diz claramente que a Junta de Freguesia não pode efectuar qualquer tipo de obras, o que pareceu entender.

No dia 8 do corrente, cerca das 20h30, dirigiu-se à Junta de Freguesia primeiro o filho e de seguida o marido, com o mesmo objectivo, transmiti-lhes exactamente a mesma resposta ou seja: face ao protocolo estabelecido com a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia não tem competências para lhe satisfazer a sua pretensão.

Depois de me terem tecidas um conjunto de afirmações e apreciações, nomeadamente de ordem política, fui-lhes dizendo que não passavam da sua opinião e que lhe reconhecia inclusivamente o direito de as ter, bem como de as manifestar.

Entre outras afirmações foi-me dito o seguinte: há alguns dias atrás, a minha mulher e o meu filho, em conversa com o Presidente da Câmara, foi-lhe por este transmitida a seguinte informação: O Presidente da Junta enquanto não se lhe entregou o bar não nos largou, por isso é ele que tem que resolver o assunto, se não resolve é porque não quer. Lamentavelmente, nesta conversa não faltaram insultos e ameaças ao Presidente de Junta de Freguesia.

Se esta informação foi transmitida, ela é muito grave, pelo que Sr. Presidente da Câmara, em nome da verdade e da seriedade entre os Municípios e as diversas atribuições do poder local, por favor trate de esclarecer o assunto com a urgência que o mesmo requer, sob pena de haver problemas e sérias complicações.

Ainda relativamente à mesma área, a Junta de Freguesia e a pedido do confinante do terreno onde foi construído o bar, na altura penso que não ficou bem esclarecida a situação do acesso, que este confinante passaria a ter acesso pela área do bar.

Todo este conjunto de situações terão ficado um pouco no ar, inclusivamente dirigiu-se à Junta de Freguesia, a única coisa que a Junta de Freguesia pode fazer é fazer uma petição à Câmara no sentido de licenciar uma outra entrada, o que já aconteceu.

E também um assunto que pode criar alguns problemas, agradecia um esclarecimento e uma resposta breve para estas questões. Obrigado.

Deputado Municipal Eduardo Almeida (CDS/PP):

Sr. Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Srs. Deputados Municipais, Srs. Presidentes de Junta, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Antes desta intervenção, queria registar com agrado o número de municípios que se dirigiram aqui a esta Assembleia e também me regozijar com os Srs. Professores e os alunos que aqui fizeram questão de estar, venham mais vezes.

E também antes desta intervenção, dizer que o Grupo Parlamentar do CDS/PP, já noutras ocasiões também manifestou o apreço pelo trabalho desenvolvido pelo Gabinete de apoio Técnico aqui em Mirandela.

O Decreto-Lei n.º 134/2007, estabelece no seu art.º 17 a extinção do Gabinete de Apoio Técnico, até 30 de Junho de 2008.

Esse mesmo diploma refere ainda que os seus funcionários possam vir a ser integrados e passo a citar, na CCDR da correspondente área geográfica de actuação, ou noutras formas de organização local, incluindo Municípios, Associações de Municípios, Comunidades Intermunicipais de Direito Público e Áreas Metropolitanas. Ou seja, o Gabinete de Apoio Técnico da Terra Quente Transmontana sediado em Mirandela já desde 1976, cessará as suas funções até 30 de Junho deste ano.

Já há algum tempo que esta instituição, como outras localizadas nesta cidade, têm vivido tempos incertos. Os seus funcionários vivem o drama constante da sua incerteza profissional, se irão integrar novos serviços desconcentrados noutras localidades, se irão integrar outros organismos do âmbito do poder autárquico ou local, ou num cenário mais desolador se irão ter um emprego para sustentar as suas famílias.

O programa de reestruturação da Administração Central do Estado "PRACE", é um mecanismo administrativo que procura modernizar e melhorar a qualidade dos serviços públicos, obtendo ganhos de eficiência, através de uma racionalização estrutural da administração central. Paradoxalmente e em concreto, na Terra Quente Transmontana, o Prace parece ignorar os resultados alcançados por esta instituição pública, durante os seus 32 anos de existência.

Os projectos, as obras, as competências profissionais e dedicação dos seus técnicos, tornaram-se aos olhos dos burocratas de Lisboa, meros números estatísticos para assim justificar legalmente a extinção



destes serviços públicos no interior do País, independentemente da mais-valia técnico-profissional que os seus funcionários possam proporcionar às Autarquias Locais, designadamente aos da Terra Quente Transmontana, como é o caso dos Municípios de Mirandela, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros e Vila Flor.

E porque falamos de dados estatísticos é importante referir que desde 1986, data mais antiga com registo de processos, foram elaborados no GAT, Terra Quente, Mirandela. 945 projectos para a Terra Quente Transmontana.

Desconhecemos no entanto o número real de projectos ou estudos elaborados e fiscalizados durante a década anterior, mas não seria utópico nem falso, com toda a certeza se considerássemos uma projecção próxima dos 1.500 processos entre 1976 e a presente data.

Uma média de 50 processos ou estudos por ano resultante da dedicação profissional de 12 técnicos e funcionários que actualmente compõem o GAT da Terra Quente Transmontana, numa área territorial de 2.300 Kms² e com cerca de 65.000 habitantes.

Também não podemos descurar a importância deste organismo público como uma escola de formação profissional, por ali terem passado directores, técnicos superiores, estagiários, que hoje integram e desempenham cargos de chefia e de gestão em autarquias locais, noutros serviços públicos e em empresas do sector privado.

O GAT da Terra Quente Transmontana tem por missão e competências atribuídas apoiar tecnicamente as cinco autarquias que já citei, em projectos diversos, nas áreas de equipamentos de utilização colectiva, redes de estradas municipais, saneamento básico, requalificação urbana e paisagística, fiscalização de empreitadas e obras públicas, na gestão de fundos comunitários e contratos programa com os municípios e com entidades privadas e públicas de tipo associativo, nomeadamente as nossas comissões fabriqueiras, associações recreativas e culturais, topografia e assessoria técnica diversa.

A título de exemplo e no concelho apenas de Mirandela, destacamos o seguinte: a implementação de aproveitamento de fins múltiplos do Rio Tua, ou seja a Ponte Açude. Estradas municipais, caminhos rurais e agrícolas, por todo o nosso concelho. Sistemas de abastecimento de água e drenagem de esgotos em diversas aldeias. A fiscalização de diversas obras importantes de Mirandela, nomeadamente o Mercado Municipal, Central de Camionagem, Quartel dos Bombeiros Voluntários, o Hospital, entre outros.

O Portas da Terra Quente, um programa de intervenção de 11 núcleos rurais da Terra Quente Transmontana, com intervenções várias de requalificação urbana, em Vale de Salgueiro e Frechas, pese embora o facto de algumas dessas obras ainda não estarem devidamente concluídas. A casa do Professor Transmontano, a requalificação das margens da Ribeira de Carvalhais, incluindo a futura Ecoteca, o Centro de Actividades Ocupacionais da APPACDM em Mirandela, o Laboratório Veterinário da Quinta do Valongo, com financiamento da INTERREG, o Canil Intermunicipal da Terra Quente, o Primeiro Centro de Recolha da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Interior, o incinerador intermunicipal da Terra Quente, concluído recentemente, o mercado de gado, a construção e posterior remodelação da biblioteca municipal, com fundos comunitários, a pavimentação da pista do aeródromo municipal de Mirandela, as diversas intervenções arquitectónicas e paisagísticas das nossas freguesias, designadamente a Praça principal na Vila de Torre D. Chama, a Capela Mortuária de S. Pedro Velho, a Igreja de Vale de Madeiro, que ainda está em construção, o restauro das igrejas paroquiais de Múrias, Suções, Fradizela, Aguierras, Valverde da Gestosa, Abreiro e actualmente Vale da Sancha, entre outras candidaturas de TNS, ainda não aprovadas.

Inúmeros projectos e obras que tornariam demasiado extensa esta intervenção, mas que demonstram objectivamente a necessidade de manter este serviço público na nossa região. Contra factos, não há argumentos demagógicos.

Resta agora saber o que fazer. O que pode esta Assembleia Municipal diligenciar para que este GAT se mantenha na Terra Quente Transmontana, mais concretamente em Mirandela.

Em primeiro lugar propor e aprovar nesta Assembleia um voto de reconhecimento público ao GAT da Terra Quente Transmontana, concretamente nos seus funcionários, pelo trabalho desenvolvido ao longo destes 32 anos, com dedicação e profissionalismo ímpar.

Em segundo lugar informar esta Assembleia e o Sr. Presidente da Câmara Municipal em concreto, que o Grupo Municipal do CDS/PP, apoiará qualquer decisão que vise a manutenção deste Organismo em Mirandela e dos seus respectivos funcionários.

Sabemos também que o Sr. Presidente deseja uma posição concertada e conjunta da Câmara Municipal, na manutenção deste serviço público, concordamos e apoiamos esse objectivo e reconhecemos ainda que a CCDRN tem a responsabilidade directa sobre o funcionamento do GAT, todavia é também evidente a presença de uma responsabilidade moral dos Municípios da Terra Quente, mormente quando o Plano de Actividades desse Organismo é elaborado pelas cinco autarquias.

Aqui deve-se referir da necessidade da Câmara Municipal desenvolver uma proposta devidamente apoiada e participada pelas restantes autarquias da Terra Quente Transmontana, com o objectivo de propor à tutela desse organismo, uma solução alternativa, visando única e exclusivamente a manutenção deste GAT nesta região.



Compreendemos que a reorganização da administração pública seja um imperativo nacional, face à necessidade de conter as despesas públicas, aumentar a sua eficácia ao serviço dos cidadãos e também respeitar as decisões inerentes à União Europeia, nomeadamente os critérios de convergência, mas não compreendemos nem podemos aceitar as decisões políticas, que promovam o progressivo esvaziamento ou racionalização dos Serviços Públicos no interior do País.

Tal posição acentuará ainda mais as assimetrias demográficas e económicas entre o interior e o litoral. Tenho dito.

Deputado Municipal Valdemar Barreira (PSD):

Bom dia Sr. Presidente e restantes Elementos, Sr. Presidente da Câmara e restante Vereação, caros Colegas, Público em Geral.

Vou tentar ser breve, até porque já vai demasiado longo e eu respeito muito o horário de saída, mas essencialmente respeito também o horário de entrada.

Eu tinha aqui três pontos e são rápidos e hoje tem-se estado quase só a falar de obras e eu vou continuar a falar de obras.

Obras na rua da República, já se falou tanta coisa da rua da República hoje e se calhar, pelo menos não ouvi falar, passou-se o trânsito para o Parque de Estacionamento, ninguém se lembrou de pôr umas lombas. Há ali aceleras constantes, eu admira-me é como ainda não houve ali acidentes. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, a Ponte Açude já foi aqui mencionada também pelo Sr. Garrido, eu gostava de perguntar ao Executivo se me sabem dizer há quantos dias é que a Ponte Açude não tem lâmpadas? Há 35 dias. É grave 35 dias uma ponte sem lâmpadas, dias, entenda-se noites. Umas partidas, outras roubadas, outras não sei, acho que era bom arranjar uma estrutura para se mudar o sistema dos candeeiros, de maneira que aqueles que têm por hábito divertirem-se causando o mal alheio, seja impedido de o fazer.

E a seguir, claro, vou falar sobre aquilo que me é mais querido. Eu ainda não tinha vindo aqui é hoje o primeiro dia, é o baptismo de fogo e fartei-me de esperar realmente. Eu hoje escolhi o dia, pensando que a Agenda que era pequena, que havia facilidade para tudo, mas afinal prolongou-se tudo.

Eu sou natural da Freguesia de Múrias e o Sr. Presidente perdoe-me mas eu penso que é das freguesias mais abandonadas do concelho, se não for, peço desculpa. Mas uma coisa é certa, a minha aldeia "Regodeiro" é de certeza a mais abandonada deste concelho, de certeza e não me engano. Eu gostava que me explicassem quantos cêntimos já gastaram naquela aldeia. É fácil fazer as contas. Quantos cêntimos já gastaram naquela aldeia? Não tem estrada, é uma pseudo estrada, não tem tratamento de águas, não tem saneamentos, não tem nada, nada rigorosamente nada. Eu gostava de saber como é que se combate a desertificação neste concelho. Eu não sou apologista dos subsídios de casamento, de nascimento, nada. Eu sou apologista é de criação de infra estruturas, mais ou menos, uma pavimentação, porque à estrada chamo-lhe pseudo estrada, porque aquilo é um caminho, já nem alcatrão praticamente tem.

Eu hoje de manhã ouvi num programa da rádio um processo de fazer estatística e então lá nesse rádio, dizia o locutor. Um indivíduo come cinco pães, o outro come zero, a estatística é boa, é 2,5, ótima, só que um tem barriga cheia, outro encostado às costas. Portanto Sr. Presidente, eu deixo aqui um apelo para ver se conseguimos fazer alguma coisa sobre aquela aldeia, sobre aquela freguesia, dividir equitativamente aquelas obras que se vão fazendo no dia a dia, mas dividir equitativamente, de maneira que se calhar cinco é muito, noutros dez será pouco, uns pedem estradas pintadas porque não vêem bem à noite, outros falam nas praias fluviais, nos bares, não sei quê, não sei que mais, eu não, eu peço infra-estruturas essenciais à manutenção dos poucos habitantes que lá há. Muito obrigado.

Deputado Municipal Aníbal Garcia (CDS/PP):

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara e os outros elementos do Executivo, caros companheiros, Srs. do Público, Comunicação Social.

Eu apenas e já foi falado aqui, trazia aqui um role de notas que já foram aqui referidas, quais sejam a rotunda do Hotel D. Dinis e os passeios da Ponte Machado Vaz.

Realmente agora e se pensarmos que há bem poucos dias é do meu conhecimento que a Quinta do Dr. Ceriz foi vendida e irá ali nascer mais um hipermercado. E a minha sugestão, não foi na última Assembleia, mas na anterior, eu referi aqui que realmente era um crime termos o acesso ao Parque Dr. José Gama, ali por uma viela lateral à faixa de rodagem e dei a sugestão de cortarem as pontas daqueles canteiros do Hotel e do outro lado do Sr. Machado, abrir um leque que dava logo à Ponte Machado Vaz.

Por maioria de razões, isso creio que Sr. Presidente da Câmara que é um assunto que deve ser tratado, porque um autocarro, mesmo agora, lá vão e com que sacrifício fazer aquela gincana, quando realmente com uma rotunda que eu sugeri ali, mais pequena do que aquela que está em curso e que eu felicito o Executivo, parece-me que seria de bom tom, realmente não estarmos preocupados com um canteirinho de jardim, que está lá relvadinho, mas ali ficava como a descoberto o hotel, que tira visibilidade ao trânsito que vem da Ponte Machado Vaz, para Golfeiras. Esta é a primeira achega.



Também aqui, em tempos já remotos, mas que foram consequência do alargamento da rua das Heras e que pedi ao Sr. Presidente que seria um acto de justiça que ficasse a Rua das Heras, em vez de ser rua das Heras, que ficasse com o nome da D. Maria dos Anjos Fontes, que a ela se deve o alargamento da rua e foi entendido que a placa lá estaria. Puseram lá placas bonitas agora, um espelho até para a curva, que foi importante também, porque o encontro de duas viaturas ali, era um pouco acanhado, mas ficou também o nome de Rua das Heras na tal placa bonita que agora estão a pôr na cidade e que acho muito bem, mas já tinham feito uma asneira, puseram rua Manuel da Costa Pessoa para o Cartola e agora a rua vai até mesmo esse espelho e essa curva na rua que envolve a quinta das Heras.

Queria também saber e perguntar, foi aqui abordado que iríamos ter depois de uma chamada de atenção também àquilo que está ali a acontecer no largo de Golfeiras, na barragem que temos, que é o muro que não deixa acesso para a estrada, que não seja dando a volta. Agora vai abrir lá uma clínica, os automóveis que estão ali no pátio que pertence ao edifício onde eu também trabalhei durante vários anos e portanto ali o jardim do lagar, aquele canto já devia ter sido cortado, porque os autocarros que trazem gente para o Liceu vão por ali para não se meterem para a rua que agora vai ficar um pouco mais ampla, mas que tinha os semáforos e que tinha aquilo tudo mais complicado.

Eu penso que é com muito regozijo que soube pelo Sr. Presidente da Câmara que iríamos ter a Rotunda e eu vinha aqui com a sugestão de cortar aquele ângulo, deixando lá o lagar, que parece que não está mal, mas sacrificávamos ali duas oliveiras e arredondávamos e já o tráfego que é para o Hospital, quer os camiões da carreira que levam os passageiros para a Central de Camionagem pudessem circular.

A outra questão é também a tal rua, a tal avenida que iria ter percurso até ao nó da IP4, portanto penso que estava na ideia do Sr. Presidente e do Executivo fazerem ali por detrás das bombas a avenida com faixas de rodagem, com um canteiro a meio e eu queria saber se isso estava em andamento ou se já retirámos também essa hipótese que era realmente de alindarmos Mirandela por aquele lado e numa perspectiva até de, como já foi dito aqui pelo Sr. Presidente da Câmara, de que haverá uma outra ponte que ligará o campo de aviação abaixo da ponte açude, para ligar com o IP2, passando pela estrada que vai para Vila Flor.

São uns reparos que já tinha feito e gostaria que o Sr. Presidente nos desse uma explicação para isso. Muito obrigado.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Eu gostaria apenas de dizer que registo com agrado o regresso do Dr. Adérito Pires a esta Assembleia e dizer-lhe que naturalmente brindou-nos com o habitual humor, do qual já tínhamos alguma saudade, devo confessá-lo.

É certo Sr. Dr. Adérito Pires, que humor rima com temor e eu espero que a sua intervenção, nomeadamente no que diz respeito à recandidatura do Sr. Presidente da Câmara não tenha nada a ver com o temor que o Partido Socialista sente em relação a essa recandidatura e ao desaire eleitoral que acabaria por se repercutir na esfera do Partido Socialista.

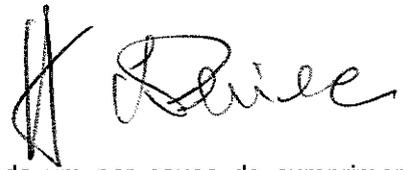
Mas não era essa naturalmente a razão da minha intervenção. A razão da minha intervenção é para lhe dizer que vejo com agrado que a sua proposta, é certo que gostando eu sempre de lhe fazer a vontade especialmente a si, esta não lha posso fazer. O Sr. Dr. propôs aqui que a Assembleia se associasse toda ela e que fosse uma proposta da Assembleia, mas realmente não sendo o Sr. Dr. nem eu porta-voz de todos os grupos municipais, naturalmente, aquilo que lhe posso dizer para satisfazer a sua pretensão é que a minha disponibilidade é de que a moção seja subscrita ou apresentada como sendo subscrita por todos os partidos que manifestaram já vontade de a ela aderir, designadamente o Partido Socialista e a CDU e portanto onde se lê "Grupo Municipal do PSD", não me importo que se passe a ler, se for essa também a vontade do Partido Socialista e da CDU, os Grupos Municipais do PSD, do PS e da CDU. Muito obrigado.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia do Franco:

Ó Sr. Presidente da Câmara, com as novas funções e atribuições que presumo da autoria do Dr. Adérito, que lhe atribuiu há bocado, eu faço-lhe um outro apelo, aproveite essas funções para retirar o PSD de todos esses pactos e acordos políticos com o PS e aproveite-os para fazer uma boa oposição que o PS está a merecer enquanto Governo deste País.

Relativamente ao Sr. Garrido e agora peço eu desculpa porque já é extemporânea esta minha intervenção, o Sr. Garrido saberá como eu que eu tenho a maior estima pelo Sr. Garrido enquanto político. Segundo os princípios que me foram incutidos educacionais, eu aceito do Sr. Garrido, com todo o respeito, até porque é muito mais velho que eu, que me dê nas orelhas quantas vezes o Sr. quiser, mas também há-de ter que aceitar que isso pode ou não contribuir e normalmente não contribui para que eu mude a minha opinião em termos políticos.

E agora com todo o respeito também e não me interprete mal, quem vai apanhar nas orelhas é o Sr. Garrido e porquê? Porque lhe vou ler só o último parágrafo da moção que eu apresentei "Assim pretendemos que com a aprovação desta moção, que posteriormente será enviada a todas as Assembleias Municipais, ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, a todos os Grupos Parlamentares, se



possa contribuir, para que a aplicação das faltas ao serviço de cada um por causa do cumprimento de obrigações, deixe de ser aplicado, tendo em conta o facto da assiduidade". Era só.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

É só para perguntar a V.Ex.^a se já vai pôr à discussão a proposta do PSD sobre a justiça, ou fica para segunda oportunidade.

Presidente da Assembleia Municipal:

No final, como tem sido regra.

Antes de darmos continuidade à Assembleia, eu perguntava ao Deputado Paulo Pontes o seguinte:

Chamaram-me agora aqui a atenção porque eu ouvi falar-lhe que esta moção será enviada posteriormente depois a todas as Assembleias Municipais e ao Sr. Primeiro-Ministro. As Assembleias Municipais são trezentas e tal, mantém este propósito de mandar esta moção, uma vez votada, a todas as Assembleias Municipais? É assim? Pode responder daí. Muito bem, eu depois perguntarei à Assembleia.

4.º PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DO DECRETO-LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado Membros da Assembleia, por estas duas horas de intervenções e o Presidente da Câmara – eu costumo ser objectivo e rápido – mas com tanta panóplia de perguntas, com tanta asneira dita, era capaz de demorar outras duas horas a poder responder a estas questões e estou no meu direito, por se cada um tem o seu direito de se dirigir à Câmara e ao Presidente da Câmara como entende, também o Presidente da Câmara tem todo o direito de poder responder no ponto que lhe diz respeito, a estas situações.

Há algumas notas prévias antes de dar respostas concretas: a primeira é dizer ao Sr. Eng.º Baltazar que se a política troglodita é a do quero posso e mando, tem um expoente máximo, chama-se Eng.º Sócrates, de que o Sr. é militante desse partido. Com toda a clareza e acho que nenhum português duvida de que o expoente máximo dessa política se chama Eng.º Sócrates, isto com toda a clareza daquilo que penso sobre essa matéria.

Em relação à segunda questão, dizer outra nota previa: meus amigos, nunca mais vão ganhar as eleições em Mirandela. O PS e o PP nunca mais assim ganham as eleições em Mirandela, seja quem for o candidato que apareça do PSD ou de qualquer força independente, porque estão completamente desfasados daquilo que pensam as pessoas para quem as obras são feitas e por quem as situações são resolvidas e vêm a esta Assembleia com discursos meramente pessoais de dois ou três que lhe chegam aos ouvidos ou de alguns dois ou três jornalistas que transmitem essa informação sem saber de facto o que se passou nessas obras, na sua idealização, na sua concretização e o que pensam as pessoas dos locais sobre essa obra.

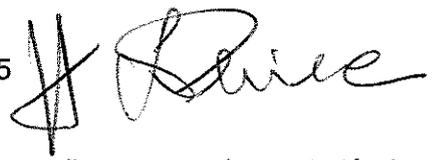
Em terceiro lugar e último, vou passar a explicar aquilo que as pessoas digam que não foi explicado ou que não teve comunicação com a população, essencialmente Rua da República, porque foi posta por quase todos os Deputados Municipais.

E dizer-vos que se há exemplo de uma obra que teve cabeça, tronco e membros, quer na sua execução, quer na sua divulgação, quer na auscultação das populações, quer na auscultação das entidades que representam os comerciantes, quer com planos de pré-diagnóstico, diagnóstico, estudo prévio e plano de execução, foi o Urbcom da Rua da República e o Urbcom de Mirandela.

O que eu digo e repito aqui é que a maioria dos Srs. Deputados Municipais aqui presentes, nunca quiseram saber disso, nunca vieram a estas reuniões, porque tiveram mais de 200 pessoas algumas delas de participação sobre esta matéria. Digo isto porque isto se passou, há aqui membros da Assembleia que estiveram nalgumas destas reuniões, onde o plano de acção foi não só apresentado, mas discutido, debatido e entre todos, nomeadamente com os representantes dos comerciantes daquele local. Isto por um lado.

Por outro lado dizer-vos outra coisa. Não há nenhuma obra neste momento no Concelho que decorra tão funcionalmente, tão objectivamente como a da Rua da República. E quem não quiser ver isto só está a arranjar motivos político partidários para criticar. Uma coisa é não querer ver obras na sua terra, outra coisa é falar que a Câmara deve fazer poucas obras, outra coisa é concordar ou discordar que aquela obra se faça legitimamente, outra coisa é dizer que depois dela adjudicada, em 60 dias consegue estar a funcionar em termos de funcionalidade, coisa que não aconteceu em nenhuma obra municipal.

Primeiro, mérito da empresa, é evidente que é mérito da empresa porque tem capacidade de execução para estar ali.



Em segundo lugar, método técnico, é das obras que tem todos os dias acompanhamento técnico para resolver todos os assuntos das pessoas que os põem ali, clara e objectivamente.

E em terceiro lugar, respeito do urbanismo integral e de todos os pareceres que sobre a obra foram feitos.

Venho a este propósito falar-vos porque é que se mexeu na Ponte Velha, a grande questão aqui levantada e que não foi explicada. Toda a gente sabe que havendo uma intervenção urbanística a menos de 50 metros dum monumento nacional classificado, é obrigatório pelo IPPAR, obrigatório pela Câmara Municipal, com um técnico da empresa, um técnico da Câmara, sobre supervisão do IPPAR, de fazer as escavações necessárias e que considerem suficientes para se poder intervir à volta dessa obra. Não é o monumento em si que está em obra, é a obra que decorre a menos de 50 metros desse local dessa intervenção. E ao contrário tem que ser o trabalho miudinho, o trabalho da limpeza, o trabalho de tirar a pedrinha, tudo, porque é esse trabalho que é exigível, que ainda há dois dias teve a supervisão do IPPAR no local, porque só pudemos continuar com a obra, depois do IPPAR dar o parecer favorável de que tudo foi feito para que se cumprissem os critérios exigidos. E se há obra que nós não queremos que se atrase é aquela e por isso temos que cumprir tudo ao pormenor, isto para vos dizer, para quem não sabe, porque foi discutido nessas alturas, que na Páscoa – Quinta Feira Santa – será aberta a Rua da República às pessoas para passearem, para andarem e para passarem os automóveis. E não só a Rua da República que era a grande questão que se punha aqui e por isso é que eu digo que é uma obra exemplar, é que nós tínhamos prazo de três ou quatro, que eram os dois meses que demos ao empreiteiro para abrir apenas a Rua da República entre a Rua Alexandre Herculano e ali o Largo que mete para o Café Praia.

Entendermos que não valia a pena estarmos a abrir aquela rua agora no início de Março e depois fechar mais um mês para se deitar o tapete entre o início daquela rua e a Ponte Velha que é o limite da intervenção da primeira fase.

E então o que é que fizemos, numa demonstração de equilíbrio e funcionalidade com o empreiteiro, tapar também esse bocado para que na Quinta Feira Santa e na Páscoa, toda a Rua da República, incluindo esse bocado entre a Ponte Nova e a Ponte Velha esteja perfeitamente pronta para que todo o trânsito possa circular e não haja mais condicionamentos de trânsito para o futuro, porque o que decorre da obra depois é apenas urbanismo e mobiliário urbano e outras situações que se resolvem sem o trânsito ficar interrompido na Rua da República.

Eu pergunto: qual a cidade que conhecem, vão àquelas mais próximas que existem, que nessas obras, não andaram, além do prazo, mais meio ano ou mais um ano que aquele que estava estipulado? Falem connosco na Páscoa, se houve alguma que foi feita com tanta celeridade, com tanta cautela e com tanto investimento em termos de acompanhamento técnico da obra sobre essa matéria.

E quando me dizem que os comerciantes não sabiam e que foram avisados à última da hora, ó meus amigos, vão lá perguntar aos comerciantes um a um, tirando dois ou três, todos sabiam porque participaram nas reuniões e todos estão contentes com o decorrer da obra, porque mo dizem e dizem aos técnicos, melhor do que aquilo que eles pensavam e melhor do que qualquer outra em Mirandela. Isto é a realidade daquilo que se passa na Rua da República.

É evidente, quem quiser sobre isto ouvir só um ou ouvir dois, ou ouvir os que lhe interessam, ouvir aqueles que falam sempre mal e não estão lá a viver, ouvem-nos e fazem todas as situações que entenderem.

Isto para dizer, se houve obra que teve cabeça, tronco e membros, foi a da Rua da República em Mirandela, aliás, para nós próprios que temos experiência, que essas obras quando correm mal no centro urbano, podem dar problemas enormes, não só em termos de obra, mas também em termos políticos e há uma coisa que nós não somos é burros. Burros nós não somos, isto com toda a clareza sobre esta questão central.

Em relação a outras questões postas aqui em termos de Deputados Municipais.

Sr. Deputado Dr. Maximino, sobre a questão do acordo e do bloco central, das propostas que foram aqui ditas e atravessa vários em termos da lei eleitoral autárquica, para lhe dizer uma coisa. É verdade que é uma lei, que há um acordo entre o PSD e o PS, sobre a lei eleitoral autárquica e que há um acordo e desculpe o Dr. Adérito não está dentro ainda das situações, devia-se informar melhor. Não houve rompimento do acordo, houve nos jornais a dizer que houve rompimento do acordo, continua o acordo, - há que o assumir mesmo quando é mau – entre o PSD e o PS, sobre a lei da reforma da justiça. Continua e mais, ainda houve uma reunião há dois dias, onde ficou praticamente finalizado os princípios do acordo. O que nunca houve acordo nem há é sobre a reorganização do mapa judiciário, porque ele é fora do acordo, mas isso nem houve, nem haverá, porque aqui vai haver uma questão central, que quer queiramos quer não, não vai pôr de acordo nem o próprio PS inteiro, vai haver que ter uma decisão do Governo, porque quando mexe em Concelhos daqui ou dali ou dalém ninguém se vai entender, mesmo no próprio partido vai haver vozes de resistência. O que eu tenho a certeza é que no acompanhamento, - que a Dr.ª Elina faz parte da Ordem dos Advogados e que está a negociar com o Governo – e naquela parte que é o PSD que está em negociação com o Partido Socialista, pelo menos no que diz respeito ao Distrito de Bragança e à única comarca do



Distrito de Bragança, isso possa ser modificado em relação a haver duas comarcas e não uma, tendo em conta a diferença e a distância territorial e nomeadamente as acessibilidades entre as duas situações dos extremos do Distrito. Eu conto que isso seja possível embora na lei eleitoral não esteja.

Sobre a lei autárquica, apenas uma coisa: o PSD e o PS, em comissão de especialidade, têm uma proposta da ANAFRE e têm uma proposta das Assembleias Municipais e da ANMP, para alterar esse preceito legal, que os Presidentes de Junta tanto criticam, que é as Juntas de Freguesia não poderem votar para o Orçamento e Plano, na nova lei eleitoral.

Há uma proposta nesse sentido, vamos ver se do acordo entre os dois partidos fica ou não fica consagrada, mas que há uma proposta nesse sentido da própria ANMP, há, vamos ver qual é a decisão sobre essa matéria em termos da comissão da especialidade.

Em relação àquilo que também ouvi aqui, da Terra Olea, que chega ali. Termina ali na Bouça, dizer-lhe uma coisa, o Projecto Terra Olea não é um projecto entre aldeias. O projecto Terra Olea é um projecto entre países. O projecto Terra Olea é entre três países e entre três cidades desses países do Mediterrâneo, que têm à volta desse projecto um elemento comum, que é o azeite e que é a oliveira.

Portanto se a placa está na Bouça foi porque aquela casa da Bouça se inseriu dentro desse projecto, - pura e simplesmente por isso - e não uma placa sobre "termina aqui ou ali" no Concelho de Mirandela, o projecto Terra Olea, que o projecto Terra Olea é de entre cidades e concelhos e entre países, não é entre aldeias, portanto não existe aqui nenhum menosprezo por parte nenhuma.

E dar-lhe outro exemplo de que se faziam grandes rotundas e agora se fazem pequenas.

Olhe, a maior que existe em Mirandela já foi feita por mim. Vá à zona industrial que a vê lá. A questão é nos locais haver condições ou não para as fazer e os técnicos são capazes de raciocinar sobre elas.

Quanto a serem grandes ou pequenas, se passar na zona industrial vê lá maior e olhe que foi feita já por mim e é a maior de todas, Garanto-lhe que é a maior de todas. Portanto sobre essa questão a situação está perfeitamente clarificada.

Em relação à questão do Prof. Xavier, que levanta aqui uma questão, além das outras que são normais e que são pontuais, dos candeeiros e do resto que também dou a resposta ao Sr. Garrido nisso, é assim: candeeiros da Ponte Europa, definitivamente o problema foi resolvido. Um arquitecto, a empresa chegou a acordo com a Câmara Municipal para a substituição daqueles candeeiros em termos de arquitectura. No próximo mês será e terá a EDP e a Câmara o trabalho necessário para substituir as lâmpadas que lá estão no chão, como eu costumo dizer, para postes elevados. Naquela situação e ficará penso eu, resolvido o problema do vandalismo em termos das lâmpadas que ali passam. A partir do próximo mês de Março, esse problema estará resolvido com toda a certeza.

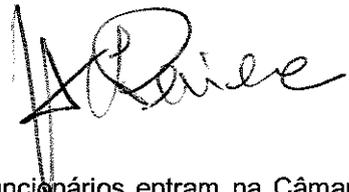
Em relação à questão da gestão de estabelecimentos de ensino. Vamos lá ser claros, já há mais do que aquilo que disse aqui, Neste momento já existe a lei da transferência de atribuição e competências, para as Autarquias Locais. A ANMP já negociou com o Governo, com Lei aprovada e que vai ser publicada em Março, que já está perfeitamente aprovada em Conselho de Ministros, para a transferência de atribuições e competências no âmbito da educação, para as Autarquias Locais. Não é um projecto, é já uma realidade no ano de 2008/2009. Isto é, a partir de Setembro de 2009, a nova legislação sobre educação já é regida por esta legislação da lei de atribuição e competências.

E o que é que ela diz? Os docentes podem ficar sossegados na primeira fase. Nesta primeira fase, o que é transferido para os Municípios é o pessoal não docente. Isto é, além daquilo que os Municípios já tinham, que era: as refeições, ao currículos, o prolongamento de horários, o apoio à família, além dessas, passa mais uma, que é o pessoal não docente passa ser a partir deste ano lectivo, todo e todo só o Agrupamento Luciano Cordeiro e no Agrupamento da Torre D. Chama, são 86 pessoas - e preciso que se diga isto com toda a clareza - são 16 num, 70 noutra, isto é são 86 pessoas que passam, a partir do ano lectivo 2008/2009, para a Câmara Municipal, directamente do Ministério da Educação, isso é, são os funcionários que hoje trabalham nessas instituições e nessas unidades de ensino, estou a falar de pessoal não docente.

O que a lei prevê é outra coisa que a Sr.ª Ministra lá tem transcrita, a que já diz que pode haver experiências piloto e eu volto a repetir "experiências piloto", experiências piloto quer dizer exercício já em 2008, em determinados locais onde haja a vontade das Câmaras e a vontade das escolas, tem que haver as duas vontades para fazer uma experiência piloto e aí sim já passam também o corpo docente para as Câmaras Municipais. A Lei não transfere neste momento os docentes, só transfere o pessoal auxiliar. Isto é o que está consagrado.

Só que a lei diz também que podem existir experiências piloto, onde os docentes também podem passar. É evidente que só pode haver experiências piloto naqueles locais onde já se aplica a nova lei de gestão escolar, quando ela for aprovada, que em vez de ser o Conselho Executivo escolhido pela escola, já é através do novo Presidente do Conselho Directivo, eleito na nova modalidade em termos escolares.

Em Mirandela e é isso que lhe posso dizer e responder, não vamos estar interessados nada na experiência piloto, eu até nem concordo com a parte de transferência do pessoal não docente, já me basta o que tenho, quanto mais aquele que tenho que ainda receber, embora seja pago e pior com o prejuízo



significativo, - é preciso dizê-lo - desses funcionários, porque os funcionários entram na Câmara, não na Função Pública, mas no contrato individual de trabalho, porque não há mais função pública nas Câmaras Municipais nem nos Organismos do Estado, já só há Contrato Individual de Trabalho e os funcionários têm que passar para as Câmaras Municipais, em Contrato Individual de Trabalho, o que significa perda de algumas regalias, como todos sabem em termos normais, daquilo que estão habituados na Função Pública, nomeadamente a ADSE, que passa a ser Segurança Social e outras questões que com elas estão correlacionadas. Por isso entendo também que dos 86, pode haver funcionários que já tenham mais de 30 anos de serviço e que prefiram até reformar-se segundo a nova legislação que vá ser aprovada em Março, mesmo descontando aqueles 4,5% anuais, do que propriamente ser transferidos para as Câmaras Municipais em Contrato Individual de Trabalho.

Isto é o que se está a perspectivar para o ano 2008/2009, em termos de educação, na lei que agora foi aprovada.

Em relação ao David Garrido, dizer-lhe que sobre a Ponte Velha, dei a explicação que tinha que dar neste momento e em relação à Rua da República, há uma coisa que pôs clara que também - aí sim - se calhar por causa dos técnicos não explicarem às pessoas que lá vivem, é que aquilo não tem caleiras para as águas fluviais. Não existe na Rua da República naquele projecto águas pluviais em termos de caleiras. Existe é nas duas pontas da Rua da República caleiras feitas especificamente para o escoamento das águas pluviais, isto devido à tal situação que acabou de enumerar que não tinha sentido, daquelas situações que se passavam ali, se a água viesse dos respectivos telhados ou das respectivas situações que se possam passar ali à volta.

Em relação à iluminação da Ponte Europa é a mesma resposta que lhe dou e em relação à lei eleitoral autárquica também já disse o que pensava.

Em relação ao Deputado Luís Sousa, não tenho que responder. A Mesa da Assembleia responder-lhe-à, que as perguntas foram feitas à Mesa da Assembleia.

A única coisa que posso dizer é logo que chegue lá o parecer, o Presidente da Câmara e a Câmara transmitirão esse parecer jurídico ao Sr. Presidente da Assembleia que na sequência do que disser lhe fornecerá os dados necessários que ele pedir para depois transferir ou transmitir, como entender, à Assembleia Municipal.

Em relação à questão do GAT, que foi outra das questões postas aqui mais especificamente pelo Dr. Almeida, dizer-lhe que apesar da exaustiva lista que fez aqui do GAT e do trabalho valorizado que fez sobre essa situação, o que me preocupa ainda mais é que com a extinção dos GAT's, também pode ser extinta a Associação de Municípios da Terra Quente, porque o que a mim me preocupa é que não havendo no mesmo edifício e não podendo socorrer-me em termos técnicos numa instituição, visto que o Agrupamento de Municípios passa para a Nut III, que é a que engloba o Alto Tâmega, a Terra Quente e a Terra Fria, não seja necessária uma Associação de Municípios supra Terra Quente e se vá para uma Associação de Nut, em detrimento da própria Associação de Municípios. E se não se resolve de fundo o problema do GAT, podemos ficar com o problema de quer os funcionários do GAT, quer os funcionários da Associação, ficarem com problemas sérios de integração em termos futuros, que nenhum de nós deseja, porque todos somados são muitos, mas só os do GAT são 12, ou 16, que ficam em situações extremamente complicadas, nesta situação.

É uma questão que nos preocupa, que nos vai continuar a preocupar e que vai ser objecto - não tenham dúvidas - de uma nova decisão sobre esta matéria em termos da reunião de Câmara e penso que da próxima Assembleia Municipal, se o entenderem, sobre isto.

Em relação ao Deputado Adérito Pires, dizer-lhe duas coisas muito simples, é assim: o balanços do mandato e os balanços do ano, fazem-se no Relatório de Actividades que esta Assembleia aprova em cada ano e que foi aprovada ainda há pouco tempo aqui, antes de Dezembro, nesta Assembleia Municipal e que foi aprovado favoravelmente por a maioria desta Assembleia Municipal e portanto lá está o que se faz em cada ano, lá está, agora em Abril a aprovar o Relatório de Actividades do ano anterior e portanto esta Assembleia cauciona sempre aquilo que foi feito e aquilo que está previsto para fazer.

Podem alguns Deputados e alguns Grupos Municipais não concordarem e votam contra, o resto em termos democráticos, é a Assembleia que valida ou não, quer o Plano de Actividades para o ano seguinte, quer o Relatório de Actividades do ano anterior. E portanto sobre isso, o cumprimento ou não dos compromissos eleitorais em termos de significado e de importância, a Assembleia Municipal como Órgão, ao aprovar os Relatórios quer do ano, quer do conjunto de anos, está a abalizar ou não a estratégia do Presidente da Câmara e da Câmara, sobre esta situação.

E depois dar outra explicação muito simples, a que diz "em execução" ou "executadas" e eu posso-lhe garantir hoje que é aquilo que posso dizer. Em execução e executadas estão mais de 80%. Quando pudermos fazer esse debate, acho que a Comunicação Social, um dia podia patrocinar esse debate - faz tantos - entre a oposição e o Presidente da Câmara, para dizer em "execução" e o em execução começa na abertura do concurso, é preciso que se diga, vocês conhecem para o Governo as situações das obras. O Governo veio anunciar a construção das às não sei quantos, nomeadamente a que nos interessa, a A4 e



atenção veio anunciar para começar a obra em 2009, porquê? Porque antes tem um conjunto de procedimentos, desde a abertura do concurso até à consignação da obra, que demoram anos! E portanto o que eu digo e repito é que em execução e ainda bem que diz "executadas", há mais de 80%. E repito aqui hoje que no final do mandato espero ter os 100% dessas 12 obras que acabou de referir aqui e de que eu tão visivelmente fixei nos cartazes de Mirandela. Espero tê-las todas realizadas, com um acrescento "com mais duas que não estavam previstas" nesse conjunto das 12 obras municipais. Espero ter isso concluído nessa altura que é no final do mandato, ao fazer esse balanço perfeitamente estabelecido em termos normais.

Em relação ao Quartel dos Bombeiros da Torre D. Chama, dizer que neste momento, a Câmara Municipal está à frente do Governo na transferência do dinheiro, isto é, o Governo transferiu neste momento 30% do valor global dos 60, para o Quartel dos Bombeiros de Torre D. Chama, portanto cumpriu metade, se está executado metade, cumpriu metade.

A Câmara Municipal, com a última transferência de 12.500 Euros, está entre os 30 e os 45% da transferência que lhe cabe dos 20% que cabem à Câmara Municipal.

Quanto à Junta de Freguesia não posso responder, porque não sou Presidente da Junta de Freguesia, não sei como está a transferência da respectiva verba para o Quartel dos Bombeiros.

Agora, o que eu digo e repito, é que o Quartel dos Bombeiros até ao final do ano de 2008 estará concluído com dinheiro da Junta de Freguesia, ou com dinheiro assumido pela Câmara Municipal, porque o Governo, não tenham dúvidas, vai cumprir a parte dele, no PIDAC de 2008, como está previsto no respectivo plano e orçamento normal, isso eu não tenho qualquer dúvida sobre essa matéria.

Em relação ao Sr. Deputado e Secretário da Assembleia Municipal e Presidente da Junta de Frechas, dizer que:

Questão da praia fluvial, eu só lhe quero dizer uma coisa. Quem entregou ao proprietário a obra por meio que entendeu, foi o Sr. Presidente da Junta e a Junta de Freguesia, não foi a Câmara Municipal.

Em segundo lugar dizer-lhe outra coisa que também é importante em termos normais. Estavam as condições que tinha o bar, eram aquelas que estavam no caderno de encargos, do concurso que a própria Câmara Municipal já tinha lançado e que ficou deserto e depois entregou, a pedido da Junta de Freguesia, à Junta de Freguesia. Nem escolheu o proprietário, nem se soube se o proprietário criava complicações ou não, quem escolheu, dos mecanismos normais, foi a Junta de Freguesia e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

Segunda questão, mais obras quer o proprietário para o bar. É verdade que sendo da Câmara Municipal, as obras só podem ser autorizadas pela Câmara Municipal, vamos lá ver se nos entendemos. A propriedade é da Câmara Municipal, as obras só podem ser autorizadas pela Câmara Municipal, diga o Arquitecto que estão bem, diga o não sei quê que estão mal, quem autoriza é a Câmara Municipal, o Vereador respectivo tem as competências delegadas, independentemente de o proprietário achar que devem ser feitas ou que não devem ser feitas. Aqui, quem é o proprietário do bar, é a Câmara Municipal de Mirandela – 1.º ponto.

Segunda questão em termos normais.

Eu não quero entrar no diz-que-diz-que, porque se eu fosse a esse micro aí e dissesse aquilo que me dizem que o Presidente da Junta de Frechas diz da Câmara ou do Presidente da Câmara, não valia a pena estarmos nisto, porque o que dizem nem sempre corresponde à verdade – 1.º ponto, faço-lhe essa justiça. Em segundo lugar também não é sítio para vir com palavras do diz-que-diz-que, porque senão andamos a dizer aquilo que disseram, que não disseram e aquilo que interessa às pessoas que digam.

A única coisa que eu posso dizer é que essa conversa e dessa forma, não a tive. Para usar o mesmo argumento, também não estou para o usar, a dizer o que me vieram dizer a mim, doutras situações que se passaram aqui, ali ou além, nem quero entrar nessa perspectiva em termos normais.

Só para ficar tudo satisfeito é dizer que é verdade que o Presidente da Junta de Frechas não pode autorizar obras a mais naquele bar, isto que fique claro, objectivo, para que ninguém fique com dúvidas de que ele pode autorizar coisas que não pode autorizar. Isto é perfeitamente claro sobre esta matéria.

Em relação à questão do Deputado Valdemar, é verdade que a aldeia dos Couços, do Regodeiro e que a dos Couços tem quase o mesmo tratamento, por isso é que as situações são parecidas, são as que têm tido menos investimento no Concelho de Mirandela. Vamos assumir, é verdade sim senhor.

E é verdade porquê? Porque os investimentos necessários em termos de infra-estruturas a essa aldeia específica o "Regodeiro" agora, têm que ser muito bem pensados entre o custo / benefício, não no sentido global, mas no sentido em que por exemplo a estrada que estamos a falar, custa cerca de 400 mil Euros e a aldeia tem entre 15 e 20 pessoas normalmente e essa questão pesa na decisão a tomar, é verdade. Agora também é verdade que se não se fizer o investimento não se consegue ter na aldeia mais pessoas do que aquelas, ou pelo contrário, até essas 20 são capazes de vir embora e portanto está aqui um problema que nós, em termos de saneamento já tínhamos decidido resolver até finais de 2009. Essa questão do saneamento, já tinha a "Câmara Municipal", em termos de decisão, de apresentar o projecto.

Está mal. E esse vai ser por fases o lançamento dessa estrada, esperamos que o tempo e os financiamentos nos ajudem a completar essa estratégia da estrada, porque só por orçamento municipal, vai



ser extremamente difícil devido a esta situação que acabei agora de referir e que a aldeia não tem culpa nenhuma e que outras aldeias até com a mesma população já tiveram esse investimento, é verdade e portanto nessa questão tem que haver alguma justiça sobre essa situação.

Em relação à intervenção do Sr. Garcia, dizer-lhe que todas as questões que já pôs, já foram aqui colocadas por outras pessoas e respondidas, eu só espero é que quando chegar a altura de fazer a rotunda do Hospital, depois de tantos anos de Assembleia a dizer que aquilo era necessário e que tinha condições de fazer, não me venham depois aqui dizer também que ainda não foi discutida o suficiente para ser feita naquele local.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

É muito rápido e o problema é que o Regimento não devia ser como é, mas isso é outra história.

Aquilo que eu queria referir era, porque isto faz parte da actividade do município, foi feito o alindamento e muito bem, junto ao Flor de Sal, foram retiradas umas árvores, foram colocadas lá umas oliveiras, mas o meu problema é este: é que aquilo ali proporciona agora mais pessoas a olhar para ali assim e há no meu entender, falta de segurança naquele muro. Aquilo em tempos teve lá uns vasos com flores, mas creio que não seria difícil colocar um gradeamento, porque até fica muito próximo do Parque Infantil e aquilo tem algum perigo.

Relativamente à Ponte Velha, aquilo que eu quis dizer e alguém que considero que está bem informado sobre as obras da Rua da República sou eu, porque eu tenho perguntado quase todos os dias, quer ao Eng.º Guedes Marques, quer aos homens da empresa e tenho respondido sobre o levantamento que se está a fazer junto à Ponte Velha e não foi uma crítica daquilo que se está a fazer a minha intervenção, foi no sentido daquilo que o Sr. Presidente disse, podia estar escrito num placar e as pessoas apercebiam-se, porque eu tenho estado a responder que aquilo não é assim como dizem, que andam a gastar dinheiro, que não sei quê que não sei que mais. Mas a parte de marketing da Câmara podia pôr ali uma coisa a explicar às pessoas, porque algumas têm algum conhecimento e vão dizendo o que se está a passar, mas há muita gente que não sabe e fica na dúvida, mas se o Executivo entende que é mais benéfico a dúvida do que a explicação, é o problema do Executivo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então interrompemos aqui a sessão e estamos aqui às 14h30.

4.2 – GEMINAÇÃO ENTRE A CIDADE DE MIRANDELA E A CIDADE DE BAFATÁ

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Boa tarde a todos e espero que tenham tido um bom apetite.

Eu sobre este problema, há aqui muita gente que me conhece, sabem que eu fiz parte do percurso da minha vida em África, nada tenho contra os países de expressão Portuguesa.

No caso que diz respeito à Guiné, naturalmente temos toda consciência que se trata de um país onde têm grassado lutas internas que vêm destruindo aquele país. Sem dúvida nenhuma que, pede-se um pouco da nossa compreensão, sendo certo que há algumas feridas do passado. É certo que estiveram lá muitos conterrâneos nossos, mas é possível que alguns não tenham uma boa imagem do que se passou naquele país a seguir ao 25 de Abril.

Estas geminações normalmente são fruto de reciprocidade. O que acontece neste caso concreto, sendo que Bafatá é a segunda cidade mais significativa da Guiné, a verdade é que não temos em contrapartida - parece-me a analisar por aquilo que está aí no acordo - não teremos contrapartidas é daqui para lá. De lá para cá também não poderemos esperar, naturalmente, dada a penúria em que se encontra o país.

Nesse aspecto eu não queria de maneira nenhuma deixar de trazer este assunto aqui à vossa apreciação, porquanto ao Grupo do CDS, vamos votar favoravelmente esta geminação.

Deputado Municipal Adérito Pires (PS):

Já que a palavra me foi pedida e por força dela a instância me pertence, a seu pedido, naturalmente é um lugar comum dizer-se que em política de matéria internacional deve haver um largo consenso entre os partidos, isto para dizer também aqui, com outra dimensão, com outra amplitude, também julgo Sr. Presidente que deveriam ter sido sondados todos os partidos, porque trata-se naturalmente duma matéria melindrosa, que estão em causa cidades de dois países e portanto julgo que esse consenso deveria ser observado e quanto mais não fosse, também para que não se criasse essa injustiça de dizer que esta proposta só veio à Assembleia Municipal pela circunstância de o Sr. Cônsul Honorário da República da Guiné Bissau ter o mesmo nome e a mesma assinatura do Sr. Presidente da Assembleia, o que é uma injustiça, porque eu julgo que esta proposta não vem por esta circunstância.



Seja como for e porque damos como bons os fundamentos que constam do protocolo da gemação entre as duas cidades, nomeadamente no que concerne aos laços históricos, aos valores de universalidade e à comprovada vontade de ambas as partes, apenas esta nuance, apenas esta questão que eu aqui gostaria de colocar, isto até para que não haja precedentes, já não ponho a questão, como eu acabei de agora ouvir, entre uma questão de deve e haver, o que é que uma cidade dá à outra, mas pelo menos no que concerne à contrapartida que uma das cidades poderá dar à outra em termos de intercâmbio cultural, em termos de intercâmbio político, o que é sempre salutar, embora nós já tenhamos esta experiência com Orthez, uma vez que já vem de longe esta gemação e não me consta que haja grandes contributos.

Mas para que o mesmo não suceda com esta cidade de Bafatá e para que de facto com o empenho do Sr. Presidente da Câmara haja de facto essa cooperação, a partir de agora e que julgamos salutar, colocava também esta questão, isto por causa dos precedentes.

O que aqui se diz em relação a este protocolo de gemação com a cidade de Bafatá, se não pode acontecer em relação a qualquer outra cidade da Guiné Bissau, de Angola ou Moçambique, julgo que estes laços históricos são comuns a todas as outras cidades, isto é um aviso para que efectivamente não haja aqui em termos de precedentes esta possibilidade de alargamento em termos de gemação. Mas seja como for, posso comunicar ao Sr. Presidente da Assembleia que pode transmitir ao Sr. Cônsul da Guiné Bissau, que de facto o PS na Assembleia Municipal vai votar favoravelmente esta proposta e já agora Sr. Presidente também lhe pode transmitir que aceitaremos com muito gosto e com muita honra o convite que provavelmente nos vão fazer de um dia destes visitarmos a cidade de Bafatá. Muito obrigado.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Eu gostava que o proponente, embora a Câmara Municipal tivesse aprovado deliberado por unanimidade, que explicasse melhor à Assembleia, as razões de Bafatá, o que é que une Mirandela a Bafatá, porque eu não estive em África no meu tempo de tropa, havia uma coisa engraçada sem graça nenhuma, os primeiros classificados na especialidade não eram mobilizados. Eu como fui o primeiro, não fui e portanto de África não conheço rigorosamente nada.

Nós tivemos a gemação com Orthez, porque havia uma grande comunidade de Mirandelenses na cidade de Orthez. Tivemos uma gemação com Oeiras, era o Sr. Presidente, oriundo aqui de Mirandela e tivemos com a Maia também, provavelmente porque o ex-Presidente da Câmara já falecido também tinha alguma amizade com o Sr. Presidente da Câmara da Maia qualquer coisa Vieira.

Agora também se compreende, sendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal o Cônsul da Guiné em Portugal ... será só por isso, é isso suficiente para a gemação? Porque a gemação, tal qual está aqui, vai implicar a ser cumprida, a ter algum conteúdo, vai implicar gastos e não quer dizer que estes gastos não sejam bons gastos, agora, normalmente, como também já foi dito, há sempre uma reciprocidade entre as cidades. Eu por aquilo que tenho ouvido dizer, eles não devem ter dinheiro para mandar tocar um cego. Se calhar têm. Será que quando eles vierem cá vamos ter que lhe pagar as viagens a eles?

Agora, é bonito, nós vamos votar a favor, também vamos votar, porque perder nunca perdemos e podemos ganhar alguma coisa. Muito obrigado

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela:

Eu começo por dizer que um acto generoso é um acto em que se dá sem receber nada em troca.

É sobejamente conhecida e reconhecida a importância das gemações para a aproximação dos povos e para o reforço da consciência europeia e mundial, para o conhecimento mútuo entre os povos e para a construção de uma Europa e de um Mundo mais unido e tolerante.

As cidades e demais localidades não podem viver isoladas e viradas para si mesmas mas funcionar como actores transnacionais sendo o seu envolvimento e interacção com outros locais e agentes um elemento de crescente importância na cada vez maior complexidade crescente das relações internacionais.

Assim, para as cidades e vilas portuguesas as relações de gemação adquirem agora uma importância acrescida como veículos de uma maior integração internacional, nomeadamente ao nível da União Europeia (UE), onde estamos inseridos, e dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com quem temos uma forte ligação histórica.

Quando esta questão da gemação de Mirandela com a cidade de Bafatá se colocou nesta assembleia no mandato anterior, na sessão de 22 de Fevereiro de 2002, levantei na altura algumas reservas porque entendia que não se podiam celebrar gemações ou criar gemações por criar porque era moda sem definir em concreto as áreas de intervenção e de colaboração mútua, embora reconhecesse a importância que a Casa Esteves havia tido naquela cidade da Guiné, ex-colónia portuguesa.

Ontem, como hoje, continuo a acreditar na bondade das gemações como factor de aproximação e cooperação entre os povos e de partilha de experiências, culturas e mentalidades, embora também entenda, tal como disse o Sr. Garrido, que deveriam ser revitalizadas as gemações existentes com Maia, Orthez e Oeiras.



Ontem o meu voto (e de mais sete deputados municipais), foi a abstenção. Hoje, votarei a favor porque feliz e finalmente existe um acordo, um projecto e um programa com acções concretas de colaboração e intercâmbio. Foram precisos seis anos, durante os quais ainda tivemos entre nós o cônsul da Guiné em Portugal, mas acredito que vai valer a pena ter esperado.

Sr. Garrido, havemos de ir a Bafatá.

Deputado Municipal Eduardo Almeida (CDS/PP):

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sr.ª s e Srs. Vereadores, Sr.ª s e Srs. Membros desta Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores

Começo por agradecer naturalmente ao promotor desta iniciativa, Dr. José Manuel Pavão e à Câmara Municipal por ter aprovado a proposta de geminação entre as cidades de Mirandela e Bafatá.

Independentemente do protocolo aqui proposto, porque o mesmo pode ser melhorado, o mais importante, para mim, não é o conteúdo deste mas sim todo o trabalho que pode ser desenvolvido com esta geminação quer em termos de “Ambiente – Renovação Urbana e Recuperação do Património Histórico e Cultural – Formação de Quadros – Apoio em Materiais e Equipamentos”, que este protocolo estabelece, mas também nos campos da Educação e Cuidados de Saúde Primários que tanto necessários são em Bafatá.

Bafatá é a capital de uma região com o mesmo nome, situada a leste da Guiné-Bissau, a segunda cidade do País e com uma população de cerca de dez mil habitantes.

Para mim não é fácil falar de Bafatá. Há razões que me levam a ter por aquelas terras um amor especial, é aquela força interior que qualquer um de nós mantém constantemente ligado à terra que nos viu nascer. É Esta força que em determinadas alturas nos fortalece, nos mobiliza, nos dá prazer em dar a nossa colaboração.

Sei muito pouco de Bafatá de hoje. Tenho conhecimento das suas necessidades, principalmente nos campos que já referi. Mas sei o que significou para muitos Mirandelenses, e foram muitos que para ali foram trabalhar, viver e constituir família. Foi naquela cidade de Bafatá que construíram a sua vida e alicerçaram o seu futuro. Bafatá tem, por estas razões, um significado muito especial para dezenas de Mirandelenses.

Não posso deixar de recordar aqui o encontro que tive com o antigo Presidente da República da Guiné-Bissau, o meu amigo Henrique Rosa. Apenas possuía uma fotografia tirada com ele e com o seu irmão Nuno Rosa, tinha eu apenas dois anos de idade. Encontramo-nos, em Lisboa, passados mais de quarenta anos e ainda hoje não sei explicar a emoção sentida. Muito Obrigado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Sr. Presidente, muito rapidamente para congratular a iniciativa que teve enquanto Cônsul Honorário da República da Guiné-Bissau e promotor deste protocolo de geminação. eu aquilo que gostaria, porque de facto os protocolos de geminação, geralmente ficam ao sabor dos círculos eleitorais e está-se num círculo eleitoral celebra-se um protocolo de geminação com uma cidade, com uma vila e posteriormente alguém virá e esquece e terá possivelmente outra cidade com a qual assinaram protocolo de geminação.

Aquilo que eu gostaria de ver e é válido para esta como para as já existentes entre Mirandela Orthez e Mirandela Maia, sobretudo Mirandela Orthez, que me toca pessoalmente, que eu durante vários anos tive oportunidade de conviver com a comunidade de Alfândega da Fé, que deu início a essa iniciativa e dirigiu-se a Mirandela precisamente porque não sentiu o mesmo apoio em Alfândega da Fé e teve aqui todo o apoio por parte da Câmara Municipal, na altura com o Sr. Presidente Marcelo Lago.

O facto é que estas geminações, os princípios que estão aqui, concordo com todos eles, as áreas que estão mencionadas acho que são áreas de cooperação pertinentes, o que eu gostava de facto é que posteriormente - hoje votamos o protocolo, tudo bem – fosse elaborado um orçamento que operacionalizasse esta cooperação, que é um dos problema que temos com estas geminações, depois não passam de um acto simbólico, de estar no papel e possivelmente de uma ida de uma comitiva a Bafatá, que tem o seu impacto simbólico e tem todo o meu apoio, mas não pode ficar de facto nisso, porque esvazia por completo aquilo que o protocolo se propõe atingir. Portanto gostava que isso fosse visto.

Depois há um ponto 6 no protocolo, que foi aqui tocado pelo Deputado Garrido, cada uma das Câmaras suportará os encargos respectivos e decorrentes da aplicação deste protocolo. Isto dá de facto a entender que a coisa vai ser unidireccional, por falta de meios da Câmara de Bafatá, a única coisa que vamos ter é uma cooperação unidireccional e para fazer a formação de quadros ou de facto temos aqui um orçamento que nos permita ir lá dar essa formação no que diz respeito à gestão autárquica, porque claro fazer os quadros vir cá é mais complicado.

Portanto acho necessário para este protocolo e mesmo para o de Orthez, que acho que deveria ser revitalizada essa cooperação (eu pessoalmente tenho), tenho uma relação de longa data não só com essa comunidade, mas com famílias de Orthez, famílias bernesas, tive essa possibilidade através de um intercâmbio que houve de professores primários e a partir daí fez-se uma amizade que perdurou até hoje. Conheço Orthez como a palma das minhas mãos, posso assim dizer, tive também o prazer de conhecer os vários maires que estiveram à frente dos destinos daquela terra e acho que era oportuno, uma vez que



estamos aqui a falar do protocolo com a cidade de Bafatá também revitalizar esse com a cidade de Orthez e a ambos pensar-se um futuro breve, pensar um orçamento para operacionalizar este protocolo. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Julgo que não há mais nenhuma inscrição sobre esta matéria.

Então é a altura de eu informar esta Assembleia do seguinte:

Claro que eu ouvi com muito agrado as intervenções dos Srs. Deputados, algumas delas muito pertinentes, inteligentes e até dedutivas desconhecendo a matéria. Eu agradeço que o Dr. Adérito Pires e o Sr. David Garrido tenham dito que de facto da coincidência do subscritor ou relator ou redactor, como queiram, desta proposta, seja a mesma pessoa, o mesmo cidadão que é o Presidente desta Assembleia e é o Cônsul Honorário. Deixem-me explicar o seguinte: como o Dr. Rui Magalhães aqui já falou, em 2002 já aqui se tinha abordado esta questão e o facto de eu exercer as funções de Cônsul Honorário, não tem nada a ver com isto. O eu ser Cônsul Honorário é um acidente no percurso da minha vida, que muito me honra, uma vez que foi a comunidade trabalhadora guineense no Norte do País que fez um abaixo assinado e que enviou para o Governo de Bissau, sugerindo o meu nome, uma vez que nós no Porto tínhamos feito uma série de iniciativas sócio humanitárias, de tal molde, de tal dimensão ou de tal natureza ou qualidade, que o IPAD (que é o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento), concedeu o estatuto de "ONG" (Organização Não Governamental), portanto não tem nada a ver com a questão.

Também não tem muito a ver com o facto de o subscritor ou relator ser o Presidente desta Assembleia. Tem mais com outra questão que eu tenho muito agrado e orgulho de dizer aos meus conterrâneos e membros desta Assembleia, é que está muito integrado nesta proposta a minha vivência de criança nesta terra.

A maior parte dos Srs. Deputados que aqui estão presentes e outros Municípes sabem, não devem desconhecer, que Mirandela por coincidência, tem uma grande relação, um grande compromisso, uma grande identidade ou proximidade com Bafatá. E qual é ela? Muitos de vós hão-de recordar-se e saber que muitos conterrâneos nossos trabalharam na Guiné, em Bafatá, porque na Guiné havia e julgo que ainda há, ainda resta, vejam bem, passado trinta e poucos anos do 25 de Abril, quando na tumultuosa modificação que as revoluções sempre acarretam, a Casa Esteves conseguiu sobreviver, provavelmente pela boa imagem, provavelmente pela boa relação de trabalho que tinha com os seus trabalhadores guineenses. O Esteves, eu não sei se o Sr. Esteves que ainda me lembra mal dele de muito antes da minha adolescência, se era mesmo natural de Mirandela, mas sei que a família Esteves estava em Mirandela e através dessa família e portanto dessa casa Esteves situada em Bissau, muitos Mirandelenses trabalharam em Bissau e em Bafatá.

Bafatá é uma terra do interior que eu não conheço, mas onde ainda está situada a Casa Esteves e onde havia muitos, muitos Mirandelenses.

Sendo assim e uma vez que conforme aqui foi dito e este texto que aqui está, que eu trouxe aqui hoje à Assembleia que enviei ao Sr. Presidente da Câmara, para ser tratado, analisado, aprovado ou não no Executivo e depois vir à Assembleia Municipal, é um molde que eu fiz de outros protocolos que há de geminação e que a Câmara Municipal do Porto me forneceu, portanto só tive o trabalho de o adaptar e de o trazer para aqui. Estamos sempre a tempo, Sr. Deputado Sousa e Srs. Deputados, de o podermos laborar e agradeço-lhe muito até essas sugestões que nos deixou, porque só irão enriquecer o Protocolo.

Agora permitam-me os Srs. Deputados, o Sr. Presidente e o Executivo, que diga o seguinte:

Aqui há uns bons anos, em 1989, quando eu escrevia quinzenalmente para um diário do nosso país, eu insurgi-me contra a geminação e intitulei um artigo dizendo: "a geminação está na moda", onde eu acutilava e naturalmente apontava o dedo, com algum humor, aos autarcas que corriam e se multiplicavam com afã, é isso que de memória ainda me permite dizer com rigor, se multiplicavam em viagens para os territórios africanos que falavam a língua portuguesa. Provavelmente se isto fosse analisado e estudado, compreender-se-ia bem.

Meus caros amigos, queiram ou não queiram, aquilo que nos ensinaram na escola e que nós hoje sabemos da realidade, nós temos 500 anos de permanência em África e decorridos que são 34 anos da Revolução de Abril, falam a nossa língua. Não vamos aqui explorar, porque não temos tempo, que tipo de relação houve entre colonizadores e colonizados, mas há a meu ver uma relação ética que temos e que a história nos impõe.

Falando a mesma língua, misturando o nosso sangue e a nossa presença, será que não existe uma dívida histórica para com esta gente? Um Sr. Deputado falou aqui no âmbito internacional, está no seu direito, eu não falaria assim. Se é uma geminação entre gente que fala a mesma língua, que conviveu 500 anos, que se misturou e multiplicou de todas as maneiras, eu acho que estamos entre irmãos, estamos entre fraternidade e é isso que eu proponho.

Õ que nós podemos acrescentar no Protocolo, será o que os Sr.s Deputados quiserem. Agora que nós podemos fazer alguma coisa por um povo e uma nação que é Estado desde há 34 anos tão só e portanto não sei o que é que isso corresponde. Em termos de vida humana, eu sei onde está a primeira infância, a



segunda, a puberdade, a adolescência e o estado maduro. Em termos de estados, não sei se 34 anos em que fase do seu desenvolvimento e do seu amadurecimento estará. Sei que poderemos fazer alguma coisa com poucos custos e naturalmente isso enriquecerá Mirandela, honrará o nosso povo, a nossa Autarquia, provavelmente e poderemos dar o nosso contributo entre aquilo que os povos fazem entre si. Hoje em dia a cooperação - não a cooperação entre colonizadores e colonizados como disse há bocado, mas a cooperação internacional tem um valor inestimável, porque aponta o caminho do futuro e da boa relação entre os povos.

Este protocolo que eu numa das tardes em que teria menos que fazer me dispus a elaborar e a redigir, com a simplicidade que aí está, que meti numa carta e manuscreevi para o Sr. Presidente da Câmara, que teve a bondade numa prova de grande eficácia de o dar a demonstrar aos Srs. Vereadores, para depois trazermos aqui, ele está à vossa consideração.

Isto é, como disse o Sr. Deputado Sr. Sousa e muito bem, está sucinto, é simples, mas poderá ser enriquecido e poderá ser laborado, mas há tanta coisa em que nós podemos provar a nossa capacidade e ao fim e ao cabo honrar o nosso passado histórico.

Esta era a minha visão, dita assim num rompante, com esta simplicidade e com aquilo que me ocorre e que naturalmente os Srs. Deputados poderão acrescentar.

Não sei se mais algum dos Srs. Deputados quer utilizar da palavra, se não, parece-me que não, podíamos então votar isto.

O Sr. Presidente da Câmara quer dizer alguma coisa sobre esta matéria?

Presidente da Câmara Municipal:

Está tudo dito, não seria mais eloquente de certeza absoluta.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....57

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Geminção entre a cidade de Mirandela e a cidade de Bafatá.

Foi aprovado por unanimidade e estamos em condições de transmitir isso ao Sr. Embaixador em Lisboa e naturalmente de ouvir os contributos inteligentes e novos, criativos, dos Srs. Deputados e esperemos que a comissão seja como tal disse o Sr. Dr. Adérito, capaz de expressar bem o sentimento dos Mirandelenses depois em Bafatá.

5.º PONTO – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, meus Senhores.

São duas perguntas muito simples e uma nota.

A primeira pergunta tem a ver com aquilo que alguns chamam de hospital Terra Quente e eu chamo Centro Comercial da Saúde e a questão é terrivelmente simples. Na última Assembleia aprovámos a participação da Câmara em 10%, que correspondia a 150.000,00 Euros e que iria realizar 75.000,00 Euros. O terreno foi avaliado em 475.000,00 Euros. A minha pergunta é esta: a escritura foi feita e o diferencial dos 400.000,00 Euros já entraram nos cofres da Câmara? É uma pergunta simplicíssima.

A segunda pergunta era que me dissessem onde é que nas obras da Rua da República está o placar indicando quando começa, quando termina, o valor da obra e o que vai ser feito. Eu confesso que já dei voltas a pé e não consigo ver lá nenhuma indicação daquilo que é normalíssimo e o mais simples, que é um placar, quando começa, quando acaba, valor da obra. Isto costuma estar por todo o lado. Não exijo mais do que isso.

A nota e para abreviar é uma nota muito simples.

Creio que por lapsos língua, o Sr. Presidente da Câmara disse que eu era militante do PS. Quero dizer-lhe que não sou, sou independente, faço muita questão nisso, já fui militante, já fui fundador mas hoje sou independente e estou muito bem nesta situação. A segunda delas é que embora tenha algumas reservas como regionalista à acção deste Governo, eu quero-lhe dizer com toda a clareza que tenho muito orgulho em ter um Primeiro-Ministro José Sócrates. Tenho uma pequena reserva é que ele usa sapatos que ataca com atacadores.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela:

Esta minha intervenção vai aproveitar também um artigo que foi recentemente escrito por um Deputado Municipal desta Assembleia “Luís Sousa”, no Mensageiro de Bragança.

É só para realçar algumas questões que ele referiu e que dizem nomeadamente o seguinte:

“As Autarquias Locais podem ter nas regiões subdesenvolvidas do interior um importante papel dinamizador do investimento privado, mas isso não tem acontecido porque a maior parte dos Presidentes de Câmara são pouco qualificados para o cargo que desempenham.”

Como viram ele disse a maior parte, isto foi dito de uma forma genérica, tenho a certeza absoluta que não se estava a referir ao Município de Mirandela, na medida em que essa asserção não se compagina, na minha opinião com importantes investimentos privados que estão a ser feitos em Mirandela, com o apoio da Câmara Municipal de Mirandela, nomeadamente o Hospital Terra Quente, o Centro de Hemodiálise ou a Mini-Hídrica.

Diz mais à frente e passo a citar:

“Falta também ter pessoal competente nas assessorias e não pessoas favorecidas por determinado desenvolvimento partidário ou de outro.”

Com certeza que também não se estaria a referir às assessorias do Município de Mirandela e eu queria aqui partilhar convosco, porque eu sei que provavelmente nem todas as pessoas têm acesso a esta bibliografia, a um livro que foi recentemente publicado, que se chama “A Nova Lei das Finanças Locais, Manual para Financeiros e Não Financeiros”, da autoria de Joaquim Alexandre e que teve uma ampla divulgação pública e cujo autor diz – é ele que o diz, não sou eu – na página 311: «sem prejuízo de outras iniciativas meritórias, vale aqui fazer o reconhecimento público, de 2 portais de extrema utilidade para juristas e outras especialidades ou funções que dependam frequentemente do conhecimento actualizado da legislação», 2 portais a nível nacional e ele refere o portal da Procuradoria Distrital de Lisboa e o Portal da Câmara Municipal de Mirandela.

O que ele aqui diz nada mais é do que o resultado de um esforço e de um trabalho rigoroso, cuja responsabilidade cabe sobretudo a um Vereador do Município de Mirandela “Dr. José Maçaira” e um assessor da Câmara Municipal de Mirandela que é o gestor de conteúdos do portal do Município.

Não creio que isto seja fruto do acaso, ou um mero golpe de sorte. Significa que nós também fazemos coisas positivas, também fazemos coisas que são reconhecidas por autores que escrevem livros com impacto nacional.

Outra questão que eu queria aqui partilhar convosco é o meu profundo contentamento pela recente vitória da equipa feminina de iniciados do CAMIR, de hóquei em sala, sagraram-se recentemente campeões nacionais e hoje o CAMIR e a Câmara Municipal de Mirandela vão homenagear todos os atletas do CAMIR que foram campeões nacionais em 2007.

Temos campeões nacionais no Ténis de Mesa, temos campeões nacionais no hóquei de sala, no hóquei em campo, temos campeões nacionais no atletismo e noutras modalidades. Significa que os clubes desta cidade, os clubes deste concelho, estão a trabalhar bem e merecem o nosso elogio público.

Finalmente congratular-me com a reabertura da Linha do Tua. Já dei a conhecer publicamente a minha opinião sobre a questão da Linha do Tua, sou integralmente contra o encerramento e faço aqui uma proposta, não sei se é viável se não é, mas penso que agora que a linha reabriu é importante que nem que seja do ponto de vista simbólico, os Órgãos Autárquicos deste concelho também dêem algum exemplo.

Penso que não seria muito difícil organizar uma viagem por parte da Assembleia Municipal, com todos os membros desta Assembleia ao Tua, utilizando a Linha do Tua.

Vou fazer o mesmo na Junta de Freguesia e na Assembleia de Freguesia e vou intitular a essa viagem, a «Viagem da Esperança», porque eu ainda tenho esperança de que a linha nunca encerre e acredito que isso será uma realidade. Muito obrigado.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP/:

Antes de passar à minha intervenção queria fazer duas observações ao Sr. Presidente da Câmara, a propósito da sua última intervenção.

Nós deputados temos todo o direito de fazermos as intervenções que entendermos sobre os assuntos relativamente ao concelho e não só.

Não vimos para aqui para dizer asneiras, vimos para aqui levantar problemas, uns pertinentes, outros mais impertinentes, mas a verdade é que nós temos toda a legitimidade em fazê-lo e seria muito bonito e muito agradável e muito elegante da parte do Sr. Presidente da Câmara, que não fosse tão agressivo na sua crítica.

Quanto às eleições eu quero dizer-lhe o seguinte, não tenha tanta certeza nesses resultados. Mas vou passar à minha intervenção que se prende novamente com a Agenda.

Na sessão desta Assembleia no passado mês de Dezembro de 2007, levantámos aqui a questão que se prende com a substituição do caricato órgão de informação do senhor Presidente da Câmara de Mirandela e que dá pelo nome de: vejam bem, Agenda.



Trata-se de uma cartilha que mais não é do que uma forma de o senhor Presidente da Câmara fazer passar a sua mensagem, mas às vezes deturpando a realidade dos factos

E o que é mais grave é que se insira na agenda de Janeiro de 2008, na página 10, uma notícia que nada tem a ver com obras executadas no ano passado ou neste ano, na aldeia da Corriça, freguesia de Aguieiras.

Com efeito, o alargamento da rua e a construção do muro de suporte, foram feitos no final do mandato de Presidente da Junta de Freguesia de Aguieiras e que hoje está sentado ao lado do Sr. Presidente da Câmara, como vereador.

Tratou-se de uma obra sem qualquer interesse para a freguesia e muito menos para a aldeia da Corriça onde foi gasto o dinheiro de que a Junta dispunha.

Mas a então Junta de Freguesia foi mais longe e utilizou duas paletes de cimento da Associação Cultural da Aguieiras e que não mais devolveu.

Mas esta obra destinou-se a satisfazer o capricho de alguém que decidiu reconstruir uma Capela de tão más recordações para a freguesia de Aguieiras.

Com efeito, há cerca de 70 anos, na festa que se realizou nessa Capela, foram cometidos dois homicídios e foram presas dezenas de pessoas.

Se é verdade que sempre estive contra, subsidiei várias obras na Igreja da Soutilha, mas não dei o acordo a esta obra

A propósito das obras da Igreja da Soutilha, queria perguntar à Câmara Municipal se já pagou a sua parte.

Ainda quanto à freguesia de Aguieiras o autor da nota na Agenda cometeu uma incorrecção. A freguesia de Aguieiras tem apenas como aldeias anexas, Cimo de Vila (que agora se deveria chamar cimo da cidade) Aguieira, Chairos, Corriça, Soutilha, Fonte Maria Gins, Casario e Pádua-Freixo. São estas e mais nenhuma. A estrada não existe.

A Estrada é o nome do caminho que existiu em melhor estado e onde viviam duas famílias: Quando se referiam às duas famílias relacionavam-se com a estrada.

É lamentável que o autor antes de escrever na nota não se tenha informado com alguém que conhece esta história.

Quanto às obras da freguesia de Aguieiras, temos que referir a sua realização no que diz respeito à Estação de tratamento de águas, falta referir nessa página da Agenda que a estação de tratamento não faz só serviço para as dez aldeias, mas sim para uma rede de 75 Kms., incluindo grande parte das aldeias do Sul do Concelho de Vinhais

Depois da água e depois de ter sido executado saneamento em muitas freguesias, naturalmente que a freguesia de Aguieiras, designadamente as aldeias que estão mais juntas (Chairos, Corriça, Soutilha), tinham que ter também o saneamento. Mas por exemplo na questão do 9 desporto, para ali também não há nada. Já estou como dizia o elemento do Regodeiro, que na verdade não há lá também investimento nenhum.

A jogada política que foi desencadeada nas últimas eleições, não surtiu o seu efeito. O cabeça da lista à Junta de Freguesia, era candidato na lista da Câmara. Como o PSD meteu mais um vereador, que era o quarto da lista e candidato a Presidente da Junta, optou pela vereação, tendo sido eleito Presidente da Junta o 2.º elemento da lista

Goste-se ou não se goste, a verdade é que se não for o signatário a trazer estes elementos aqui à Câmara, não temos conhecimento de qualquer dos dois elementos quanto a estas questões. Eu achava que era pertinente eles também fazerem aqui as suas intervenções.

Para que não seja só um rosário de tristezas, em contacto com o IEP, as placas indicativas, mais concretamente as setas das aldeias irão ser colocadas pelo Instituto de Estradas de Portugal, mas há uma que eles não farão que é aquela que identifica a freguesia

Relativamente à Agenda, eu trago aqui três agendas: esta é nossa, uma de Vila Nova de Cerveira, em que traz inclusivamente publicado o plano e orçamento, com um aspecto gráfico extraordinário. Tenho outra aqui de Manteigas e outra dos confins do Alentejo, Cuba. Mirandela tem isto. Agora eu pergunto, vamos continuar com este tipo de revista? Merece ou não Mirandela uma revista como já teve no passado? Acho que temos que tomar aqui uma posição.

Eu trago uma proposta para apresentar a V. Ex.ª e que vou passar a ler:

A fim de darem a conhecer aos munícipes as suas actividades, as Autarquias publicam nos seus Boletins Municipais, em formato de revista com o apoio dos Órgãos do Município nalguns casos, com excelente aspecto gráfico e que estão abertas à colaboração dos eleitos, munícipes e outras entidades.

No caso da Autarquia de Mirandela, tem vindo a remeter aos eleitos uma publicação a que pomposamente designa por "Agenda" mas completamente desvirtuada do seu formato e do seu conteúdo.

Trata-se de um folheto sem qualquer dignidade e que nos envergonha a todos. Que saudades do boletim da Presidência do saudoso Dr. José Gama.

A cidade de Mirandela e a Autarquia, dada a sua importância no contexto do país e a sua projecção quer a nível interno, quer a nível externo, bem merecem que as suas actividades sejam objecto de uma



publicação, mensal ou trimestral, numa revista Municipal com dignidade do Concelho e da cidade, capaz de levar as suas iniciativas, actividades, eventos e outros, aos transmontanos e designadamente aos Mirandelenses.

Em face do exposto, o Grupo do CDS/PP, tendo em vista dotar a Câmara Municipal de um Órgão de informação próprio e de prestígio para o concelho, propõe que A Câmara Municipal nomeie uma Comissão para estudar a possibilidade de substituir a velha, desactualizada e pobre "Agenda" por uma Revista Municipal como já teve no passado. Muito obrigado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Antes de mais ao Sr. Presidente de Junta Rui Magalhães, queria dizer o seguinte, não é um artigo, é uma entrevista. Têm significados diferentes e eu vou-lhe explicar porquê. Porque após duas horas ou mais de conversa com uma jornalista que é jovem e está em início de carreira, é óbvio que lhe interessou mais certos aspectos da entrevista do que propriamente outros, quando a entrevista era precisamente sobre o percurso académico do entrevistado que acabou por ser algo marginal à entrevista, mas tomo nota da crítica que fez, quanto à citação do autor, que desconheço e também desconheço a obra, não obstante possa ter sido bastante divulgada, agora pelo que me disse das fontes que ele considera úteis em termos de portais da Internet para obter legislação, algo me diz sobre a sua qualidade.

O meu ponto é só sobre a Agenda da Câmara Municipal de Mirandela também e é o seguinte:

No âmbito da alínea v) do número 1 do Artigo 68º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, vimos solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que "promova o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição", como lhe compete por Lei, tomando as medidas necessárias para que os conteúdos da Agenda da CMM permitam e espelhem a pluralidade de opiniões na qual assenta a representatividade dos órgãos eleitos da nossa autarquia.

A CMM publica mensalmente uma Agenda Municipal de distribuição gratuita cuja natureza legal desconhecemos, visto que a nota editorial na contracapa da brochura não identifica o seu depósito legal. Mas estamos em crer que está dentro da normalidade.

Já tivemos a oportunidade de tecer algumas considerações nesta assembleia sobre a natureza e propósito do instrumento informativo. Não queremos que a autarquia abdique de um boletim municipal onde publique informações úteis para os munícipes, tais como concursos, decisões, editais, prazos, etc., ou publicite as obras em curso, como aliás é obrigatório por lei. Questionamo-nos apenas da politização desnecessária do instrumento, que de informativo passa a político. Nada disto seria um problema se o boletim não fosse público ou se fosse pago com o dinheiro do partido. Não é o caso. Aquilo a que assistimos é um abuso propagandístico de um instrumento periódico de informação pública pago por dinheiros públicos.

Também não se explica como é que a agenda, ao fim destes anos todos, continua a custar 0,17€ (+IVA) por unidade. A gráfica que produz a agenda deve ser a única do país em que os custos de concepção, produção e impressão não acompanharam a subida de preços. Estou em crer que só o custo de concepção daria para ultrapassar esse valor. Mas isto é a minha opinião.

Também não se explica que, tendo a CMM este instrumento de informação pago pelo dinheiro dos contribuintes, se continue a gastar tanto em publicidade e anúncios na imprensa local.

Gostaria de questionar a directora da agenda, a Vereadora da Cultura, que hoje não está aqui presente, mas que sei que nutre o mesmo gosto pela democracia como todos nós e se considera legítimo que as notícias aí tratadas venham apenas com interpretações da maioria. É esta a Mirandela política que existe? É óbvio que não. Nos representamos 36% dessa Mirandela política. Acha que a Agenda espelha a pluralidade de opiniões? Que presta serviço público?

Permita-me, Sr. Presidente da AM que recorde os membros desta Assembleia e o Executivo, de uma decisão da extinta Alta Autoridade para a Comunicação Social já extinta (substituída pela actual Entidade Reguladora para a Comunicação Social) sobre esta matéria e reza assim:

"A Alta Autoridade para a Comunicação Social, tendo recebido... um pedido de esclarecimento sobre o tipo de abertura que o Boletim Municipal... (e entenda-se por boletim municipal a publicação informativa periódica municipal em formato revista, agenda ou folheto) deve assumir, na diversificação da colaboração por entre os eleitos das várias forças políticas do concelho, delibera:

a) Considerar que os boletins autárquicos do tipo... Boletim Municipal... fazem parte do sector público informativo;

b) Reconhecer, em consequência, que esses boletins devem estar abertos, de acordo, designadamente com o imperativo do nº 6 do artigo 38º da Constituição da República, a um pluralismo político/ideológico condizente com as situações concretamente vividas nas autarquias de que se trate;

c) Sugerir que o Boletim Municipal... acolha a colaboração de todas as forças eleitas do concelho, de molde a ser garantido o indispensável pluralismo."

Gostaríamos de chamar a atenção do executivo e desta assembleia para a importância que esta deliberação da Alta Autoridade para a Comunicação Social, de 10 de Março de 1999 reveste para a qualidade da nossa democracia local.



Vimos, deste modo, solicitar à Mesa desta Assembleia que assegure o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição como lhe compete, impondo ao executivo a obrigatoriedade de facultar o acesso e possibilitar a expressão das várias forças do concelho nos instrumentos de informação periódica, nomeadamente a Agenda Municipal e o Portal da Câmara, de acordo com os desideratos e provisões consagrados na Constituição e na Lei. Muito obrigado.

Presidente da Câmara Municipal:

Em relação a respostas a perguntas objectivas, respostas objectivas, como é evidente.

O Eng.º Baltazar pode chamar ao Hospital o nome que quiser, uns chamam-lhe Hospital Terra Quente, é assim que está registado, outros podem-lhe chamar Supermercado da Saúde Terra Quente, outros podem vir chamar-lhe outra situação qualquer, há uma coisa que já não podem dizer hoje, como toda a gente andava já toda contente a dizer aí pelas esquinas, é que já não se fazia, nem a escritura do hospital nem o hospital, pelo menos essa parte já ficou resolvida no dia 11 que já ninguém pode andar aí a dizer essas situações. Com dificuldades, é verdade, com várias dificuldades também é verdade, mas a força e a motivação de quem estava nisto, conseguiu levar isso a bom termo e já começou a vedação do respectivo terreno e esperamos que em 20 meses, tal como o placar que lá foi colocado, esteja pronto o tal Hospital, o tal centro comercial, como quiserem, da Terra Quente, que ninguém vai levar daqui.

Em relação à pergunta concreta que me fez, é assim.

O Hospital Terra Quente S. A. foi formalizada a sua escritura no dia 11 deste mês de Fevereiro, tem que haver 10 dias pelo menos para fazer o respectivo registo da escritura, “uma coisa é fazer a escritura e depois tem que se registar” e depois quando o nosso assessor autárquico fizer a escritura da venda do terreno, a Câmara receberá o respectivo dinheiro. Até lá não pode porque ainda não fez a respectiva escritura da venda do terreno. Em termos concretos é assim que está a situação do hospital.

Em relação à parte de ser militante do PS, eu peço desculpa porque pensei que era. Com toda a sinceridade peço desculpa porque pensei que era.

Em relação à questão que também pôs dos sapatos do Eng.º Sócrates, olhe que está enganado, se reparar ele só usa fivela, repare bem, que nos sapatos só tem fivela. Isso eu reparei já bem várias vezes, só tem fivela, não tem atacadores.

Em relação ao Dr. Maximino dizer-lhe que sobre a questão da Agenda que é conjunta ao seu colega de bancada, eu de facto fico todo contente com essas críticas. Olhe, se há críticas que me deixam feliz, se há críticas que me deixam perfeitamente à vontade porque estou a fazer uma coisa que vale a pena, é aquilo que fazem à Agenda em todas as reuniões da Assembleia Municipal. É sinal que está a cumprir o papel para que ela foi criada. Não tenham a mínima dúvida sobre esta questão. É discutível, vocês não concordam, eu quando a fiz também não era para concordarem podem ter a certeza absoluta, era para discordarem, portanto está a cumprir perfeitamente o papel que ele foi concebida para fazer. E para dizer outra coisa. Podem aprovar aqui as moções que quiserem e as propostas que quiserem sobre a Agenda, ela é da exclusiva responsabilidade do Presidente da Câmara, em termos de atribuições e poderes. Nem é da Câmara nem é da Assembleia, é do Presidente da Câmara. Como sabem, além dos Órgãos Câmara e do Órgão Assembleia, existe na Legislação Autárquica o Órgão Presidente da Câmara e as atribuições legais desse Órgão Presidente da Câmara, é exactamente fazer o Boletim Municipal e a Agenda Municipal e disso eu não abduco, façam aqui as recomendações que quiserem à Mesa da Assembleia, respondo com toda a clareza.

Para contrariar o que disse o Sr. Deputado Luís Sousa que vem com um parecer da Autoridade de 99, eu mando-lhe ler a decisão do Tribunal de Mirandela, já de 2004, sobre uma acusação feita na altura pelo CDS/PP à Câmara de Mirandela, sobre um Boletim Municipal, que até era mais do que isso, era em época eleitoral e tinha uma versão igual, em termos de documento à que estava nos cartazes, leia bem essa decisão e vai entender que então a jurisprudência deve ter evoluído nalgumas situações em termos de legislação, quer de Agendas, quer de Boletins Municipais. Aliás é fácil consultar isso, porque de certeza absoluta o CDS/PP deve-o ter nos seus arquivos, porque fez queixa dessa situação, quer à Alta Autoridade, quer à Comissão Nacional de Eleições, quer ao Tribunal Judicial e tem lá a resposta dessas situações em termos normais.

Em relação à situação das Aguieiras, dizer ao Sr. Deputado Maximino uma coisa engraçada. Olhe, é capaz de me dizer se há outra pessoa lá que esteja em desacordo com a tal obra que acabou de referir, além do Senhor? ...É capaz de dizer o nome duma? É um desafio ... além do Sr. não estar de acordo, haverá nas Aguieiras, mais alguma que não esteja? Haverá? Nós não conhecemos, mas vamos respeitar.

Deixe-me dizer-lhe outra coisa em termos simples, que é esta que me interessa dizer aqui:

Em relação às obras, ao alargamento, o Sr. Deputado pode concordar, discordar, está no seu direito, como a Junta e a Câmara estão no direito de fazer ou não fazer, quem julga no final são os eleitores das Aguieiras, rigorosamente mais ninguém, são os eleitores da Aguieiras.

Em relação à questão que pôs da Igreja, a Câmara foi a primeira entidade a pagar a sua parte, imagine isto! Nem sequer ainda havia outros subsídios e a Câmara transferiu o dela, fica a saber, já que ninguém sabia, fica a saber que essa parte foi logo feita.



E vou-lhe dar outra novidade sobre a Igreja da Soutilha porque também é importante para si, que é de lá.

Ontem visitou aquela Igreja - e ainda bem que tem essa Igreja na sua freguesia - o IPPAR, através da Directora Regional da Cultura e sabe que chegou à conclusão que aquela Igreja tem, quer na sua traça, quer nalguns dos seus santos, património cultural para classificar, que é importantíssimo em termos de mais umas visitas à Freguesia das Aguieiras e neste caso à Igreja da Soutilha.

Esse processo vai ter início e depois podem mais uma vez os Mirandelenses que gostam de arte e dessas situações de turismo cultural, podem ter mais um local para visitar.

Em relação à jogada política, olhe, foi a que a lei permitiu fazer, é mais bonita esta do que levar de candidatos gente de Mirandela que nem vivia nas Aguieiras, acho que é mais justa esta, do que ia um e depois ficou ... mas olhe que se calhar ainda é mais justa do que pôr como candidato pessoas que não são de lá. Em termos de equiparação, acho que é mais justa esta parte do que a outra.

Em relação à questão do Deputado Luís Sousa, dizer-lhe exactamente a mesma coisa que lhe disse sobre esta questão da Agenda. Fico todo contente e satisfaz-me que cada vez que venha a esta Assembleia, diga o que diz da Agenda e depois ainda queira que ela tenha lá as intervenções da Assembleia Municipal do CDS/PP, é sinal de que o documento, o tal pasquim, não é tão mal como isso, porque ainda merece algumas intervenções da vossa parte.

Deputado Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Só para dizer ao Sr. Presidente o seguinte: a decisão que o Tribunal tomou, foi em matéria diferente daquela que se pronunciou a Alta Autoridade. Eu até posso conceber que a jurisprudência tenha evoluído, etc.. Aqui, aquilo que foi apresentado e que sustentei com um parecer da Alta Autoridade, foi uma recomendação. Quando falei nos relatórios da oposição, que é obrigatório por lei, o Sr. limitou-se a responder que vai pedir um parecer para saber se tem que os fazer ou não. E se calhar o parecer o que lhe vai dizer, é aquilo que eu já sei e que toda a gente já sabe, que não há Câmara que os faça. Toda esta discussão da reforma da lei eleitoral, do poder local, mais democraticidade, etc., começou pelo pior dos pontos que é a reforma eleitoral que é uma tentativa do PS e do PSD de fatiarem o poder local entre eles, mais nada. É um embuste democrático. E no que toca a instrumentos que já existem e que continuam no papel e que são obrigadoriedades por lei e que não são aplicadas, como é a questão do relatório da oposição, o Sr. responde-me: vou pedir um parecer. E eu ainda ouvi aqui uma coisa mais grave hoje de manhã, nem quis tocar, mas deixo isto para outras conversas e outros debates.

Foi um Múncipe vir aqui dirigir-se, que não queria ele querer que o processo, uma decisão qualquer que lhe respeitava sobre uma casa ou uma urbanização ou o que fosse, que estava a arrastar-se, porque o projecto era assinado pela filha e não era portanto ...ou assinado ou o que fosse ou que tivesse ligações com alguns dos técnicos, etc. e o Sr. Presidente até teve humildade de dizer de facto que isso poderia ser grave e que se as pessoas sabem das coisas deviam colocar o nome aos bois, é mais fácil dizê-lo que fazê-lo, porque nós sabemos as repercussões negativas que isso pode ter sobretudo numa comunidade pequena e depois também sabemos um pouco às vezes a atitude intimidatória que certos membros da classe política às vezes têm quando se levantam estas questões. Ou diz-se então que se investigue, que é passar a bola para o sistema e o sistema o que faz, enterra, ou então diz prove, que é o mesmo dizer cale-se, que obviamente ninguém vai provar o que nem os magistrados conseguem quase provar neste País.

Agora quando um Múncipe me levanta esta questão, eu enquanto tutela dos Serviços Técnicos da Câmara, preocupar-me-ia e até lhe diria ao Múncipe, fez muito bem, na dificuldade que eu reconheço que o Múncipe tem de levantar estas questões, está no seu dever cívico e eu vou tentar averiguar e vou tentar ver internamente o que é que se passa, para dar resposta da melhor maneira possível. O Sr. não, descartou, tal como com o relatório da oposição, diz, vai pedir parecer. Até podia dizer, olhe, nem que as outras Câmaras não façam, eu vou tomar a iniciativa de ser o primeiro a fazer. Tenho dito.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Frechas:

Sendo assim chegámos ao fim deste ponto da Ordem de Trabalhos. Não há mais nenhuma questão, passamos então à votação das moções.

Eu penso que pela ordem de entrada, a primeira foi a que foi subscrita pelo Paulo Pontes, a segunda pela Deputada Elina Fraga e a última pelo Dr. Maximino, de maneira que íamos proceder à sua votação.

Deputado Municipal Eduardo Almeida (CDS/PP):

Se me dá licença, na minha intervenção disse assim:

Propor e aprovar nesta Assembleia, um voto de reconhecimento público ao GAT da Terra Quente Transmontana, concretamente aos seus funcionários, pelo trabalho desenvolvido ao longo de 32 anos com dedicação e profissionalismo ímpar.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

A propósito da Moção que a Sr.ª Dr.ª Elina Fraga apresentou nesta Assembleia, eu queria tecer os seguintes considerandos:

A propósito da proposta do Mapa da Justiça, a justiça está doente. E não foi a “Médica” Celeste Cardona que a curou. Bem pelo contrário. Agravou a sua doença. Mas não deixou de tratar de si depois de ter sido Ministra.

Veio depois este “Médico” que dá pelo nome de Dr. Alberto Costa que a vem liquidando aos poucos.

Com efeito as reformas sem estudos e os simplexes irão entupir ainda mais os Tribunais dentro de algum tempo.

Ao reduzir em 1.500 o número de funcionários, os Tribunais não podem responder às solicitações.

A título de exemplo; quero dizer-vos que fiz há um ano um julgamento e recebi a sentença na Quarta-feira passada. Mas isto acontece com muita frequência.

O Sr. Ministro não sabe nem tem conhecimento do que se passa no País e nos Tribunais e sobre a justiça e lamentavelmente é estranho e é desagradável, porque não têm contacto com a realidade, infelizmente.

O Mapa Judiciário, aprovado pelos dois, PSD e PS está agora a ser contestado por todos.

Eu tenho aqui um recorte do Correio da Manhã do dia 13, que diz assim: “autarcas recusam novo mapa. A Associação de Municípios Portugueses recusou ontem aprovar o novo mapa judiciário, depois de em Janeiro ter elogiado o bom senso do Governo nesta matéria. Fernando Ruas, Presidente da Associação, afirma não poder concordar com um projecto que acentua a desertificação do País, rejeitando a redução do número de tribunais.

O Ministério da Justiça garante que os princípios defendidos pela ANMP, não diferem dos apresentados num encontro que teve lugar em Janeiro. Esta é a posição que tomou a ANMP.

E o que me espanta nesta trapalhada da Justiça é que seja o PSD a dizer agora, a dar o dito por não dito.

Então o PSD não conhece o País real? Quando fez o acordo com o PS não conhecia estes problemas? É que este mapa já constava desse acordo. Como é que o Sr. Presidente da Câmara que é membro da direcção do PSD, pertencendo à ala do PSD, venha agora insurgir-se contra o mapa que aprovou com o PS.

Nós estamos à vontade, quer como advogado que apoiamos o actual Bastonário, quer como o CDS que não meteu prego nem estopa neste processo, para falarmos com uma certa independência relativamente à justiça

É caso para dizer à Sra. Dr.ª Elina Fraga que registamos com muito apreço a mudança que se operou.

Naturalmente que não queremos ver os Tribunais como novas maternidades, como novas urgências a terem de deixarem sobretudo o interior e designadamente aqui pelos nossos distritos. Vamos aguardar os resultados das comissões que entretanto a Ordem dos Advogados e o Secretário de Estado da Justiça têm, que estão a apreciar novamente este problema.

Para já estamos em sentido contrário deste mapa judiciário.

Apoiamos efectivamente a Proposta que aqui foi feita pela bancada do PSD e teremos todo o interesse e penso que seria realmente muito agradável, que esta proposta fosse de âmbito geral. Não nos repugna nada aprová-la e votá-la. Muito obrigado.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Eu vou fazer uma breve intervenção em defesa da honra do Sr. Ministro da Justiça, porque realmente o Sr. Ministro da Justiça é uma lástima e não percebe nada de coisa nenhuma em relação à justiça, mas há uma coisa que o Sr. Ministro da justiça fez sobejamente que foram estudos. Foram três Sr. Dr. em relação ao Mapa Judiciário e portanto é certo que a decisão do Sr. Ministro da Justiça, não nos agrada, mas não foi Sr. Dr. Maximino – e daí a minha defesa da honra – por falta de estudos, foi por uma opção estratégica deste Governo que decidiu que as comarcas teriam esta configuração.

Devo-lhe dizer também que o Sr. Dr. não deve ter percebido o que eu disse e provavelmente foi por alguma incapacidade de comunicação da minha parte. O que eu disse, logo no princípio da minha intervenção, foi que tinha havido um pacto da justiça e quando eu disse isso, referi que esse pacto da justiça, incluía tanto quanto sabia, a reorganização dos tribunais judiciais e a reformulação do mapa judiciário.

Contudo, nesse pacto não constava em concreto onde ficariam as sedes da comarca e portanto para lhe dizer que quando o Sr. regista a minha mudança eu dir-lhe-ia que não há mudança nenhuma. Eu mantenho aquela que foi sempre a minha posição ao longo do tempo, de que em Mirandela deve estar sedeada uma comarca.

Para lhe dizer também que aqui o PSD pode ter metido o prego no estopo, como o Sr. disse, mas foi muito infeliz a sua referência à Dr.ª Celeste Cardona, porque o Sr. até sabe e todos nós sabemos e há aqui vários advogados presentes, que a Dr.ª Celeste Cardona só terá sido a pior Ministra da Justiça no pós 25 de Abril e hoje todos nós, com acção executiva, estamos a enfrentar aquilo que ela com um sorriso Pepsodent



nos vendeu a todos, nomeadamente a mim, que estive presente num jantar da Torre D. Chama. Muito obrigada.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Frechas:

Penso que estão todas as intervenções concluídas acerca das propostas que vamos votar de imediato, de maneira que passávamos então à votação e a primeira proposta a ser posta à votação é subscrita pelo Presidente da Junta de Freguesia do Franco, Paulo Pontes, que conclui assim:

“Assim pretendemos com a aprovação desta moção que posteriormente será enviada a todas as Assembleias Municipais – eu penso que há bocado surgiu aqui uma dúvida, agradecia alguma atenção ó Paulo se realmente aqui a situação se mantém, ou as Assembleias Distritais do Distrito, como na altura se referiu são trezentas e muitas.

Eu vou ler um parágrafo que pode ser mais elucidativo do conteúdo, que diz assim:

“Falamos sim de medidas que estão relacionadas com as avaliações de desempenho e no que respeita directamente ao campo da assiduidade que foram tomadas para a aplicação na vida profissional de cada um de nós e mais directamente aos funcionários públicos, desempenhem eles as funções que desempenharem. Entendemos nem sequer discutir ou pôr em causa aqui nesta Assembleia porque não é o local próprio para essa discussão. Será obrigação nossa, enquanto autarcas, protestar e mostrar o nosso desagrado pelas consequências directas e negativas que a avaliação do desempenho irá ter nos autarcas Presidentes de Juntas de Freguesia e aqui mais uma vez é bem visível o desrespeito e até desprezo que este governo demonstra para com estes autarcas não profissionais da política. Ensaíram uma tentativa bem directamente direccionada quando tentaram implementar uma reformulação do poder autárquico com uma pura eliminação de um número que seria elevado de juntas de freguesia. Se não foi conseguido na altura da forma que pretendiam, conseguem-no agora de uma forma indirecta e que presumimos irá ser já bem visível nas próximas eleições autárquicas.”

Isto de alguma forma penso que sintetiza a ideia da moção, portanto temos 57 presenças na Assembleia, vamos pôr à votação.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....5

Votos a Favor.....52

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia do Franco, Sr. Paulo Pontes.

De seguida a proposta subscrita pela Deputada Elina Fraga, sobre as questões da justiça, penso que foi amplamente discutida e participada.

Vamos então proceder à votação por favor.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Uma das coisas que aprendi é que as palavras servem para nos exprimirmos.

O CDS veio aqui dizer que não lhe repudiaria subscrever e a última coisa que eu faço é que eles subscrevam uma moção só porque não lhe repudia subscrever. Das duas uma: ou o CDS está totalmente de acordo e quer subscrever ou “ouça Sr. Dr., o Sr. veio aqui dizer ao CDS não lhe repudia subscrever.” A moção pode ser apresentada só pelo PSD, pelo PS e pela CDU. Eu só estou a dizer que eu não quero que alguém subscreva uma moção que eu apresentei, alegando que não repudia subscrever, é só isto.

Secretário da Assembleia Municipal Jorge Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Frechas:

Podemos passar à votação, faz favor.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....57

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Proposta apresentada pela Deputada Municipal Elina Fraga.

Proposta apresentada pelo Dr. Maximino, que em jeito de conclusão, diz o seguinte:
Propõe que a Câmara Municipal nomeie uma comissão para estudar as possibilidades de substituir a velha, desactualizada e pobre Agenda por uma revista municipal como já houve no passado.

Vamos passar à votação:

A proposta foi rejeitada com a seguinte votação:

Votação:

Votos Contra.....42

Abstenções.....6

Votos a Favor.....9

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, não aprovar a Proposta apresentada pelo Deputado Municipal Maximino Monteiro.

Declaração de Voto do Deputado Garrido:

Eu votei a favor da proposta que foi apresentada, porque creio que tudo o que for feito para melhorar a Agenda, devia ter tido isso em consideração.

Por fim na intervenção do Deputado José Eduardo de Almeida, sobre o GAT, diz a dada altura:

Em primeiro lugar propor e aprovar nesta Assembleia um voto de reconhecimento público ao GAT da Terra Quente Transmontana, concretamente aos seus funcionários, pelo trabalho desenvolvido ao longo destes trinta e dois anos, com dedicação e profissionalismo ímpar.

Vamos então proceder à votação deste voto por favor.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....1

Votos a Favor.....56

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, aprovar o voto de reconhecimento público, apresentado pelo Deputado Municipal José Eduardo de Almeida.

Chegamos então ao fim deste ponto da ordem de trabalhos “Outros Assuntos de Interesse para o Município” e segue-se a última parte da Agenda que é o **2.º Período de Intervenção Aberto ao Público**. Não vejo ninguém nas Galerias a não ser a Comunicação Social.

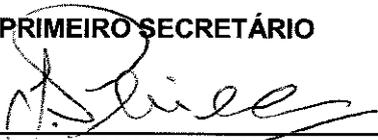
Não há qualquer questão do público? Penso que podemos dar os trabalhos por encerrados e até à próxima Assembleia Municipal.

Mirandela, 15 de Fevereiro de 2008

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

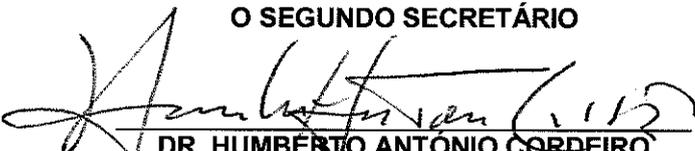
DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO



JORGE MANUEL PEREIRA

O SEGUNDO SECRETÁRIO



DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO